

ALINE OLIVEIRA GUIDIS

**ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO INFANTO-JUVENIL  
NO TRABALHO DOMÉSTICO NÃO-REMUNERADO - VIÇOSA/MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2006

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

G946a  
2006

Guidis, Aline Oliveira, 1980-

Análise da participação do segmento infanto-juvenil  
no trabalho doméstico não-remunerado – Viçosa / MG /  
Aline Oliveira Guidis. – Viçosa : UFV, 2006.  
xi, 89f. : il. ; 29cm.

Inclui anexos e apêndice.

Orientador: Maria das Dôres Saraiva de Loreto.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 75-81.

1. Trabalho infantil - Viçosa (MG). 2. Crianças - Viçosa  
(MG) - Condições sociais. 3. Adolescentes - Viçosa (MG) -  
Condições sociais. I. Universidade Federal de Viçosa.  
II. Título.

CDD. 22.ed. 331.31

ALINE OLIVEIRA GUIDIS

**ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO INFANTO-JUVENIL NO  
TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO – VIÇOSA/MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

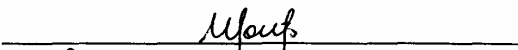
APROVADA: 4 de agosto de 2006.

  
Prof<sup>ª</sup> Karla Maria Damiano Teixeira  
(Co-Orientadora)

  
Prof<sup>ª</sup> Lourdes Helena da Silva  
(Co-Orientadora)

  
Prof<sup>ª</sup> Neuza Maria da Silva

  
Prof<sup>ª</sup> Sheila Maria Doula

  
Prof<sup>ª</sup> Maria das Dores Saraiva de Loreto  
(Orientadora)

*À minha família, por todo incentivo, amor e confiança, por toda alegria dos reencontros e por todas lágrimas de saudades, mas, sobretudo, por acreditar no meu sonho e se empenhar em torná-lo real.*

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Federal de Viçosa e ao Departamento de Economia Doméstica, pela oportunidade de aperfeiçoamento e de crescimento profissional e pessoal e pela realização dos cursos de graduação e pós-graduação.

À professora Maria das Dôres Saraiva de Loreto, pela orientação e pelo estímulo em todas as etapas da minha vida acadêmica, pelo incentivo, pela confiança, pelos ensinamentos transmitidos e, principalmente pelo carinho, pela amizade, pela disponibilidade e pelo exemplo de vida.

Aos professores Neuza Maria da Silva, Karla Maria Damiano Teixeira, Maria de Fátima Lopes, Patrícia Gouveia, Sheila Maria Doula, José Noberto Muniz, Paulo Roberto Cecon, Lourdes Helena da Silva e Rita Márcia Andrade Vaz de Mello, pelo aprendizado adquirido em sala de aula, que tanto contribuiu para a realização deste trabalho.

Aos professores do Departamento de Economia Doméstica, em especial às professoras Aurora Ribeiro de Goicochea e Ana Lídia Coutinho Galvão, pelas oportunidades oferecidas, pela confiança e pela amizade.

Às professoras membros da Banca Examinadora, Neuza Maria da Silva e Sheila Maria Doula, pelas valiosas sugestões apresentadas e pela riqueza de materiais oferecidos.

Às professoras Karla Maria Damiano Teixeira e Lourdes Helena da Silva, pelo aconselhamento, pela disponibilidade e pelo apoio, que tanto enriqueceram a pesquisa.

À Coordenação da Pós-Graduação em Economia Doméstica da UFV, pela oportunidade e credibilidade.

À Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência Social de Viçosa, pela receptividade e pelo apoio durante a pesquisa.

A todos os companheiros do curso, de modo especial à turma de 2004: Vania, Ana Paula, Cida, Sirle, Poliana, Andresa, Denilma, Eraldo, Fernando, Sônia, Regina, Adriane e Flávia, pela troca de conhecimentos, pela força, pela agradável convivência e pela amizade.

Aos funcionários do Departamento de Economia Doméstica da UFV, em especial a Efigênia, Toninho, Roberto, João, Aloísia e Lena, pela dedicação e pelo carinho.

À Neuza Ribeiro de Souza, pela contribuição com o trabalho, à Eliane Ventura da Silva, pela revisão lingüística, e ao Paulo Afonso da Silva, pelo trabalho de editoração eletrônica da tese.

A todos os amigos, imprescindíveis, que acompanharam minha trajetória com seu apoio incondicional, pela dedicação e pelo carinho, que tornaram possível a realização deste trabalho.

À minha família, por todo suporte necessário, por ser meu alicerce e a razão da minha vida.

Por fim, a Deus de infinita bondade, por toda misericórdia nos momentos de dificuldades e por toda força necessária para vencer mais este desafio.

## BIOGRAFIA

ALINE OLIVEIRA GUIDIS, filha de Gilberto Guidis e Rosa Helena de Oliveira, nasceu em Cambuquira, no sul do Estado de Minas Gerais.

Em 2000, ingressou no curso de Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, desenvolvendo trabalhos técnico-científicos vinculados ao Grupo de Pesquisa “*Ecosystema Familiar, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social*”; além de atuar como bolsista do *Programa de Educação Tutorial (PET/ECD/UFV)*. Atuou como monitora nas disciplinas: Princípios da Pesquisa Científica, Administração dos Recursos na Família e Análise das Atividades Cotidianas da Família.

Em 2004, graduou-se Bacharel em Economia Doméstica. No mesmo ano, iniciou o Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, em nível de Mestrado, atuando na linha de pesquisa “Família, Bem-Estar Social e Qualidade de Vida”.

Em janeiro de 2006, começou a trabalhar na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG), tendo defendido dissertação em 4 de agosto de 2006.

## SUMÁRIO

	<b>Página</b>
RESUMO .....	viii
ABSTRACT .....	x
1. INTRODUÇÃO .....	1
1.1. O problema e sua importância.....	3
1.2. Objetivos .....	5
1.2.1. Geral.....	5
1.2.2. Específicos .....	5
2. REVISÃO DE LITERATURA .....	6
2.1. Conceitos e características do trabalho infantil .....	6
2.2. O trabalho infantil e gênero .....	8
2.3. Trabalho doméstico infantil .....	12
2.4. Causas e implicações do trabalho doméstico infantil .....	14
3. REFERENCIAL TEÓRICO DE ANÁLISE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS .....	18
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	24
4.1. Local de estudo .....	24
4.2. População e amostra .....	25
4.3. Forma de coleta de dados.....	27
4.4. Variáveis de análise .....	29

	<b>Página</b>
4.4.1. Perfil pessoal da criança/adolescente .....	29
4.4.2. Sistema familiar e seu ambiente cotidiano .....	29
4.4.3. Caracterização do <i>habitat</i> familiar .....	30
4.4.4. Atividades desenvolvidas pela criança.....	31
4.4.5. Implicações do trabalho infantil sobre a realidade cotidiana da criança .....	31
4.5. Procedimentos de análise.....	34
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	35
5.1. Perfil pessoal e familiar da criança/adolescente .....	35
5.2. Caracterização do <i>habitat</i> familiar .....	40
5.3. Principais atividades desenvolvidas pela criança/adolescente no trabalho doméstico .....	42
5.4. Representações sociais da criança acerca da categoria trabalho.....	48
5.5. Implicações do trabalho doméstico sobre o cotidiano infantil .....	51
5.5.1. O dia-a-dia das crianças/adolescentes entrevistadas .....	51
5.5.2. Implicações do trabalho doméstico sobre o desempenho escolar das crianças/adolescentes entrevistadas .....	52
5.5.3. Implicações do trabalho doméstico sobre o desempenho físico das crianças/adolescentes entrevistadas .....	56
5.5.4. Implicações do trabalho doméstico sobre o desempenho psicoafetivo das crianças/adolescentes entrevistadas.....	57
5.6. História de vida de uma subamostra de meninas .....	61
5.7. Opinião de uma subamostra de mães acerca do trabalho realizado por suas filhas.....	67
6. RESUMO E CONCLUSÕES .....	70
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75
APÊNDICE.....	82
ANEXO.....	88

## RESUMO

GUIDIS, Aline Oliveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2006. **Análise da participação do segmento infanto-juvenil no trabalho doméstico não-remunerado – Viçosa/MG**. Orientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Co-Orientadoras: Karla Maria Damiano Teixeira e Lourdes Helena da Silva.

O trabalho infantil é um problema de ampla dimensão em todo o mundo. Sua natureza é influenciada pelas condições de pobreza e do mercado de trabalho, que operam por meio de preferências e comportamentos familiares e empresariais, em função de valores, necessidades e condições socioinstitucionais. Apesar da proibição do trabalho infantil para menores de 16 anos, os números divulgados pelo IBGE mostram que hoje há 5 milhões de jovens de 5 a 17 anos trabalhando no País; o Brasil ocupa a terceira posição no *ranking* mundial, perdendo apenas para Guatemala e Haiti. A preocupação atual da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é com aquelas formas de trabalho infantil difíceis de serem erradicadas, por serem de pouca visibilidade e menos aparentes, como é o caso do trabalho doméstico, que foi o foco central desta pesquisa, cujo objetivo foi analisar a natureza e as implicações do trabalho doméstico realizado pelo segmento infanto-juvenil do município de Viçosa/MG. A pesquisa quanti-qualitativa se pautou na teoria das representações sociais, sendo o universo do estudo composto por meninas, na faixa de 7 a 15 anos completos, que estudavam em escolas municipais/

estaduais locais, cujas famílias recebiam o Bolsa Família. Os resultados mostraram que o segmento pesquisado era, na maioria dos casos, da cor negra e provinha de família nuclear, composta por quatro membros, com escolaridade média de quatro anos, recebendo renda mensal de um a dois salários mínimos. A maior parte das entrevistadas afirmou ter iniciado o trabalho doméstico no próprio lar, entre os 6 e 9 anos de idade, varrendo e passando pano na casa, e que a intensidade do trabalho aumentou com o passar do tempo. O principal motivo para a realização do trabalho doméstico foi, ao mesmo tempo, a “espontaneidade” e o senso de responsabilidade, uma vez que as meninas se sentiam felizes e obrigadas a ajudar a mãe, que trabalhava fora para manter o lar. As representações sociais sobre a natureza do trabalho e os aspectos da realidade cotidiana familiar contribuem para que o trabalho infantil doméstico revista-se de um conteúdo de “obrigação” e, ao mesmo tempo, de “ajuda”, em função dos valores associados à dívida de reciprocidade para com a família (especialmente para com a mãe) e à própria “naturalização” do trabalho doméstico como atributo da mulher/menina. Essa relação de obrigação com um grau significativo de liberdade, gratuidade e espontaneidade mostra a natureza solidária do trabalho doméstico desenvolvido por crianças/adolescentes do município de Viçosa-MG.

## ABSTRACT

GUIDIS, Aline Oliveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August 2006.  
**Child labor in domestic services: characterization and implications of solidary and exploitative work – Viçosa/MG.** Adviser: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Co-Advisers: Karla Maria Damiano Teixeira and Lourdes Helena da Silva.

Child work is a growing problem worldwide, influenced by poverty and labor market conditions, operating through family and business preferences and behaviors based on values, needs and social institutional variables. Although child labor is prohibited in Brazil for children below the age of 16, IBGE figures show that 5 million young people aged 5 to 17 are working today in Brazil, which stands third in the global ranking, only below Guatemala and Haiti. OIT is presently concerned with those child labor modalities which are difficult to eradicate due to their invisibility, such as domestic work. Thus, this research aimed to analyze the nature and implications of domestic work performed by children and young people in the municipality of Viçosa /MG. A quantitative-qualitative research was based on the theory of social representations, with the participants consisting of 7- to 15- year- old girls who studied in local municipal/state high schools and whose families received financial government help. The participants were mostly Black, from 4-member families, with an average of 4 school years and a month income ranging from 1 to 2 minimal

wages. Most of the girls stated having their first work at their own homes, around the ages from 6 to 9, doing house cleaning and that work intensity increased with time. The main motive for domestic work was both “spontaneity” and sense of responsibility, since the girls felt happy and obliged to help their mother who worked outside home to provide to the family. The social representations on the nature and aspects of the everyday family reality leads to the idea that child work should have both an obligation and a “help” component, in function of the values associated to the reciprocity debt to the family, (especially the mother), and to the very natural acceptance of domestic work as a woman/girl attribute. This relation of obligation with a significant degree of freedom, gratuity and spontaneity reveals the solidary nature of domestic work performed by children/adolescents in the municipality of Viçosa /MG.

## 1. INTRODUÇÃO

O trabalho infantil é um problema de ampla dimensão em todo o mundo, uma vez que em quase todas as sociedades as crianças realizam alguma espécie de trabalho. Sua natureza é influenciada pela estrutura da economia e pelo grau e ritmo de seu desenvolvimento, ou seja, pelas condições de pobreza e do mercado de trabalho, que operam por meio de preferências e comportamentos familiares e empresariais, em função de valores, necessidades e condições socioinstitucionais.

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), *apud* ANDI (2006a), evidenciam que, no mundo inteiro, há 352 milhões de crianças e adolescentes<sup>1</sup> que amparam suas famílias com a força de seu trabalho, devendo ser ressaltado que 179 milhões estão expostos às piores formas de trabalho (trabalhos em olarias, garimpo, corte de cana, laranjais, sisal, carvoarias, fumo, pedrarias e lixões), que 73 milhões têm menos de 10 anos e que, por ano, 22 mil morrem por acidentes relacionados ao trabalho. A Ásia é o continente que mais emprega mão-de-obra infantil, em torno de 127 milhões.

No Brasil, apesar da proibição do trabalho para menores de 16 anos, os números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006a) mostram que hoje há 5 milhões de jovens de 5 a 17 anos trabalhando

---

<sup>1</sup> Para efeitos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, considera-se criança a pessoa com até 12 anos de idade incompletos, enquanto adolescente é aquela entre 12 e 18 anos de idade (ECA, 1999).

no País. Evidências estatísticas revelam que o Brasil ocupa a terceira posição no *ranking* mundial, perdendo apenas para Guatemala e Haiti (CHEQUER, 2006).

O problema atual é que a exploração diminuiu nas grandes empresas, mas as crianças estão migrando para o “quintal” ou para a informalidade, ou seja, apesar de ter ocorrido redução na quantidade de trabalho formal infanto-juvenil, seu volume ainda é expressivo, principalmente no setor informal (agricultura familiar e oficinas caseiras).

Em termos regionais, as estatísticas da População Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD, 2006) mostram que na Região Sudeste as principais atividades desenvolvidas por crianças de 5 a 16 anos, com prejuízos ao seu crescimento e desenvolvimento, são: agropecuária (cana-de-açúcar, frutas, café etc.), comércio, prestação de serviços, beneficiamento e extração de mármore e granito, carvão vegetal, cerâmicas e olarias, catação de lixo, construção civil, indústria, fundição, indústria calçadista, hotelaria, pesca, serviços diversos, confecção de roupas e trabalho doméstico.

A preocupação atual da OIT (2006b) é com aquelas formas de trabalho infantil difíceis de serem erradicadas, por serem de pouca visibilidade e menos aparentes, que é o chamado “trabalho invisível”. Estas formas não são inspecionadas e nem quantificadas, mas podem ser extremamente violentas do ponto de vista moral, físico e psicológico, como é o caso da exploração sexual, do uso da mão-de-obra infantil na comercialização de drogas, bem como no trabalho doméstico, realizado por crianças em suas próprias casas, que será o foco central desta pesquisa.

Segundo a OIT, *apud* Riechelmann (2006), o trabalho doméstico, por ser realizado no âmbito residencial, não pode ser fiscalizado sistematicamente, expondo a criança a uma série de injustiças, desde a baixa remuneração e longas jornadas de trabalho, até as mais críticas, como o abuso sexual e os atos de violência. Aos prejuízos provocados pelo trabalho doméstico infantil somam-se, ainda, os fatos de que ele explora principalmente o sexo feminino; é praticado por crianças de até 5 anos, com extrapolação da carga horária, quando comparado ao mesmo trabalho realizado por adultos; como também é pouco e, às vezes, não-remunerado. Nesse sentido, a OIT está incentivando pesquisas dentro desta temática, para que o serviço doméstico infantil não se converta em um trabalho explorador, degradante, perigoso e penoso.

## 1.1. O problema e sua importância

O problema estudado nesta pesquisa foi o trabalho infantil, que é uma realidade no País, especificamente o trabalho infantil doméstico, que possui ainda o agravante de ser “invisível” e, muitas vezes, justificado pela criança, família e sociedade.

O interesse por essa temática reside na experiência que tive durante o curso de graduação, ao trabalhar em pesquisas que abordavam a violência doméstica, o trabalho infantil e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Além disso, justifica-se este estudo por ser esse problema social de exploração oculta e de difícil visibilidade, bem como por haver poucas pesquisas sobre o tema, devido à dificuldade de obtenção de informações. Considera-se que essa dificuldade está relacionada ao fato de a própria família e, às vezes, a criança sentirem que o trabalho doméstico tem um papel socializador, com valor moral e com condições de proporcionar dignidade, ou seja, há uma “naturalização” da participação das crianças nos afazeres domésticos. Outra justificativa para este estudo está pautada na hipótese de que sua realização irá viabilizar uma reflexão sobre as percepções das crianças sobre o trabalho doméstico, podendo subsidiar as políticas de assistência social implantadas no País.

De acordo com Sabóia (2000), no Brasil, dos 5 milhões de trabalhadores no serviço doméstico, 500 mil são crianças, que trabalham na obscuridade de casas fechadas como empregadas domésticas. Na visão da autora, o trabalho doméstico é uma das formas de exploração mais difundidas e menos pesquisadas, envolvendo muitos riscos para as crianças. De cada dez, nove são meninas e afro-descendentes, presas em um ciclo de tarefas extenuantes, praticamente em regime de escravidão.

Nesse contexto, como afirma Serafim, *apud* Chequer (2006), é como se o lar estivesse envolto “em um manto de bondade”, às vezes rastro do sistema escravocrata. Assim, na sua opinião, a partir do momento que o trabalho infantil acontece normalmente no lar, sua evidência em outra unidade doméstica poderá se tornar comum e aceitável.

Entretanto, o emprego das crianças como trabalhadoras domésticas não está sujeito à regulamentação e vigilância, o que torna difícil protegê-las de

seus abusos e suas diversas formas de exploração. Como registrado por Oliveira, *apud* Chequer (2006:2), em uma pesquisa realizada com meninas trabalhadoras infantis domésticas, os depoimentos destacaram que as meninas “se sentiam angustiadas, sozinhas, desprotegidas, porque sob o manto de proteção da família, estabelecia-se uma situação de discriminação”.

Com a finalidade de ter a opinião das crianças/adolescentes trabalhadoras sobre questões que envolvem sua vida, a OIT e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), *apud* Hilbig (2006), realizaram uma pesquisa com crianças/adolescentes sobre a sua percepção a respeito do trabalho infantil, chegando aos seguintes resultados: “as crianças disseram “sim” para o trabalho com dignidade; e não ao abuso e à exploração”. Tal resultado fez com que essas instituições internacionais fizessem uma distinção entre trabalho explorador e pernicioso socialmente (*child labour*) e aquele trabalho que não é econômico, sendo realizado voluntariamente pela criança (*child work*). Sob o ponto de vista dessas instituições, enquanto o *child labour* deve ser proibido, o *child work* pode ser aceito, desde que seja bom e útil para o desenvolvimento físico, psíquico, social e para a formação moral da criança, e não afete a formação e o desempenho escolar, o repouso, o descanso e as atividades lúdico-desportivas.

Assim, de acordo com Ferro (2003), enquanto o *child work* mostra que o trabalho pode exercer uma função educativa, ou seja, um processo de aprendizado, por exemplo, o fato de alguns pais delegarem aos filhos a tarefa de arrumar a própria cama, lavar o copo que utilizou ou, até mesmo, a responsabilidade por algumas tarefas simples, como, no campo, recolher ovos ou tratar de galinhas; o *child labour* refere-se ao conceito de exploração de mão-de-obra, que traz conseqüências negativas para a criança.

Nesse contexto, a autora argumenta que a questão é então o que separa as atividades solidárias realizadas pela mão-de-obra infantil do trabalho explorador. Além das diferenças entre países e culturas, épocas distintas em um mesmo país também são importantes para definir se o trabalho de crianças é ou não socialmente aceito. Exemplificando, durante a Idade Média era importante aprender um ofício desde cedo, quando as crianças trabalhavam como aprendizes dos artesãos em suas oficinas. Naquela época a infância não era considerada um período especial da vida; as crianças eram vistas, como

relata Ariès (1978), como adultos em miniatura, ou seja, eram representadas em uma escala mais reduzida que os adultos, sem nenhuma diferença de expressão, de traços ou de trajés. Essas expressões levam ao entendimento de que a infância é uma construção histórica e social, o que tem implicações sobre a aceitação e o tipo de trabalho realizado pelo segmento infanto-juvenil.

Em face desse cenário, torna-se importante e justificável a realização de pesquisas que analisem o contexto em que o trabalho doméstico está sendo realizado, de modo que as políticas públicas de atendimento à infância/adolescência atuem de forma preventiva contra o trabalho explorador das crianças/adolescentes, considerando o universo de valores, representações e práticas sociais das unidades familiares.

Diante disso, as questões que nortearam este trabalho estão fundamentadas nas seguintes indagações: Qual é a natureza e a aceitação do trabalho infantil doméstico? Quais são as implicações deste tipo de trabalho sobre o desenvolvimento da criança que o realiza?

## **1.2. Objetivos**

### **1.2.1. Geral**

O objetivo geral deste estudo foi analisar a natureza do trabalho doméstico realizado pelo segmento infanto-juvenil do município de Viçosa-MG e suas implicações na realidade cotidiana das crianças.

### **1.2.2. Específicos**

Especificamente pretendeu-se:

- Caracterizar o perfil pessoal e familiar da criança, além do seu *habitat*.
- Identificar o tipo de atividades desenvolvidas pela criança no trabalho doméstico, diante da realidade cotidiana do seu ambiente.
- Identificar as representações sociais da criança acerca do trabalho, associando-as com aspectos da realidade cotidiana familiar.
- Analisar as implicações do trabalho infantil sobre o cotidiano da criança/adolescente.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

A revisão de literatura, em coerência com a temática de estudo proposta e com seus objetivos, enfatizou quatro componentes básicos: os conceitos e as características do trabalho infantil; o trabalho doméstico e gênero; o trabalho doméstico infantil; e suas causas e implicações.

### **2.1. Conceitos e características do trabalho infantil**

O trabalho precoce, de acordo com Brasil (1998), pode ser definido como aquele que expõe a criança ou o adolescente à disciplina laboral, prejudicando a formação e a saúde de seu organismo, que deve estar essencialmente dedicado ao seu crescimento e desenvolvimento. Rocha (2000) relatou que a OIT entende como trabalho infantil “o trabalho executado por criança menor de 15 anos, com o objetivo de prover seu sustento e, ou, o sustento de sua família”.

Na opinião de Nunes (2003), a família pode ser considerada como o primeiro espaço de convivência do ser humano. Embora exista uma diversidade de configurações e de significações atribuídas à família, reconhece-se que ela desempenha função socializadora estratégica, sendo um ponto de referência para a criança pequena, por proporcionar-lhe valores éticos e morais, além de conceitos fundamentais. É na família que são vivenciadas

experiências carregadas de significados afetivos, representações, juízos e expectativas. É importante ressaltar que essas concepções baseiam-se em uma visão “idealizada” e “não-vivida”, no que se refere à estabilidade, ao equilíbrio e à reciprocidade dos relacionamentos, tanto internos como externos. Ou seja, por mudanças socioeconômicas e políticas pode ser formada uma lacuna entre a família idealizada e a que se consegue organizar dentro de uma realidade de múltiplas carências. Geralmente nesse contexto encontram-se aquelas famílias que, para atender às suas necessidades básicas, fazem uso do trabalho infantil.

A questão histórica do trabalho infantil foi discutida por Rizzini (1999), ao afirmar que as crianças pobres sempre trabalharam para seus donos. Como exemplos têm-se as crianças escravas da Colônia e do Império, iniciadas no trabalho forçado, como que por herança, os menores órfãos, abandonados, e os delinquentes, trabalhadores nas fazendas e fábricas no século XIX e início do XX, atuando como bóias-frias, bem como nas unidades domésticas de produção artesanal ou agrícola, nas casas de família e nas ruas, para manterem suas famílias. Enfim, em determinados momentos históricos e em diversos contextos socioculturais, o trabalho infantil teve diferentes funções e conotações valorativas.

A primeira lei de proteção à infância foi outorgada em 1891, mas nem por isso a problemática desapareceu. No século XX, o forte processo de migração e a urbanização ampliaram, mais uma vez, os ramos de atividade para as crianças, principalmente no setor de serviços e nas atividades ilícitas (tráfico de drogas, prostituição etc.), mostrando que há incoerência entre o discurso legal e a realidade. Festa e Canela (2003) ressaltaram que desde a virada do século XX até a década de 1950 houve ampliação do número de crianças nas ruas e em serviços informais, e que a partir dos anos 1970, com o aumento da desigualdade da distribuição de renda, intensificou-se mais ainda a incorporação da força de trabalho infantil nos setores agrícolas, fabris e de serviços.

Em 1990, entrou em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), documento no qual as crianças e os adolescentes passam a ser vistos como seres dotados de direito e considerados cidadãos protegidos por lei, prevendo, inclusive, a proibição do trabalho infantil para menores de 16 anos,

salvo a partir dessa idade, na condição de aprendiz. No entanto, em maio de 2003 o País contava, oficialmente, com 5.482.515 crianças de 5 a 17 anos no trabalho infantil.

Na visão de Souza (2002, p. 17), há a pressuposição de que o trabalho infantil esteja associado, embora não restrito, à pobreza, à desigualdade e à exclusão social existentes no Brasil. De acordo com a autora, existem, ainda, outros fatores associados a essa problemática, como:

*de natureza cultural (valores sociais, estrutura de preferências e visão das famílias), política (acessibilidade, qualidade e custos da educação), jurídica (normas que regulamentam e controlam o trabalho infantil), econômica e de organização social da produção (migração, incorporação de tecnologias importadas, intensificação do mercado informal, desemprego e subemprego).*

Para as famílias mais pobres, na visão de Heilborn (2006), o trabalho tem um valor importante na socialização dos filhos, e a experiência laboral reveste-se de importância na construção da identidade social. Assim, “o valor moral do trabalho não se inscreve apenas dentro da lógica do cálculo econômico do mercado”.

Para Bettencourt e Jacobs (2006), essas famílias vêem a questão do trabalho como uma forma de livrar a criança/adolescente da marginalização, da exclusão social e do envolvimento com drogas. De acordo com essa visão cultural, o trabalho infantil passa a ser justificado, ao ser considerado uma forma de prevenção dos males que a criança pode ser acometida, isto é, segue-se a lógica de que o trabalho é o melhor antídoto à vagabundagem e à criminalidade (RIZZINI e FONSECA, 1992).

## **2.2. O trabalho infantil e gênero**

Outro aspecto a ser discutido, interessante para esta pesquisa, é o papel que desempenham as dimensões de gênero, que se referem às diferenças sociais e às relações socialmente constituídas entre meninos e meninas, homens e mulheres. Essas dimensões variam segundo as culturas; por exemplo, na escala social de poder, de decisão das sociedades, dos governos

e das empresas e no campo científico-tecnológico revela-se o modo de hierarquização do masculino sobre o feminino, que opera em escala do global ao local (FESTA e CANELA, 2003).

Sabe-se que na família, tradicionalmente, existe a diferenciação de papéis que se baseia na divisão de atribuições, no intuito de manter o funcionamento do grupo familiar. De acordo com Senna e Antunes (2006), ficou definido que o papel do homem é prover e zelar pelo sustento da família; algo que geralmente ocorre fora dos limites da casa. Já as mulheres ocupam um papel importante na manutenção da vida diária do grupo familiar, exercendo o trabalho doméstico, isto é, o preparo e a manutenção dos alimentos, a confecção do vestuário, o cuidado com os filhos e a procura de preços mais baixos nas compras, o que contribui para diminuir os gastos domésticos e para manter o orçamento familiar.

Essa mesma visão é registrada por Festa e Canela (2003), quando comentam sobre os papéis, os estereótipos e a igualdade de gênero. Os papéis de gênero se referem às atividades atribuídas aos dois sexos. Na nossa sociedade, geralmente cabe às meninas realizar o trabalho doméstico infantil em casa ou em casa de terceiros, enquanto ao menino é atribuído o trabalho pesado fora de casa e na rua. Na opinião dos autores, há a necessidade de mudança, isto é, de uma igualdade de gênero, em termos de direitos, responsabilidades e oportunidades para ambos os sexos, uma vez que:

*Elas variam segundo o nível de consciência das sociedades, o grau de formação e consciência das pessoas – pois impactam na estrutura das instituições sociais, políticas e governamentais, na organização da família, da sociedade como um todo, dos meios de comunicação e no modo como são pensadas as políticas públicas, especialmente os programas educacionais e de transferência de renda para o combate à pobreza (FESTA e CANELA, 2003, p. 16).*

Para Saraiva (2000, p. 1), os diversos papéis de gênero, derivados da divisão sexual do trabalho, apesar de apresentarem variações, existem comprovadamente em todas as sociedades humanas conhecidas. A autora ainda argumenta que, na contemporaneidade, esta divisão não seria questionada se a sociedade e, ou, a cultura atribuísse o mesmo valor às

tarefas e aos papéis definidos para ambos os sexos, ou seja, não formassem os estereótipos de gênero.

Além dessa reprodução dos estereótipos de gênero, absorvidos em uma idade bastante tenra, vale lembrar o argumento de Gomes da Costa (1994, p. 5) de que:

*o principal problema do trabalho infantil é justamente não ser considerado socialmente como um problema, sendo, pelo contrário, visto por muitos como uma solução. Ou seja, as meninas são estimuladas por suas mães a realizar os cuidados com a casa e com a família.*

Dessa forma, o trabalho doméstico é naturalizado como feminino, aceito pela sociedade e reproduzido nos lares.

O termo “doméstico” refere-se a *domus*, que significa “casa” em latim. Portanto, o trabalho doméstico é tudo aquilo inerente ao lar. É aquele realizado, geralmente, pela mulher na unidade doméstica, envolvendo atividades inerentes ao cuidado e à proteção da casa e dos membros familiares.

Para Heilborn (2006), no caso da mulher, a idéia de trabalhar para os outros ou para a família contribui para a valorização do trabalho doméstico. Portanto, como o trabalho de provedor é um atributo masculino, o trabalho feminino tem sua significação referida ao lugar da mulher no universo familiar. Conseqüentemente, o sentido do emprego feminino está subordinado às obrigações familiares de mãe/esposa/dona de casa, mas pode representar também uma oportunidade da mulher sair do confinamento doméstico.

O trabalho realizado no âmbito doméstico é um contínuo *fazer-desfazer-fazer-desfazer*, que, ao final, aparece na vida dos sujeitos que o executam como algo difícil de ser medido e planejado. Por ser uma atividade repetitiva, rotineira e cansativa, deveria, em princípio, ser executada entre todos os que usufruem de seus benefícios. Mas o que se vê, na maioria dos casos, é que as mulheres têm sido responsáveis por elas (SARAIVA, 2000).

Na concepção dessa autora, a “obrigação” do trabalho doméstico é transmitida à menina e à mulher por fatores tanto biológicos e socioeconômicos, como culturais. Por fatores biológicos entende-se a constituição do corpo da mulher e sua “fragilidade” para executar “trabalhos pesados”. Para Santos (1983), a inferiorização da mulher e seu aprisionamento

ao lar, de acordo com estudos antropológicos, ocorreram com o surgimento da agricultura.

A mulher, em virtude da menstruação, da gravidez e da amamentação dos filhos, tornou-se sedentária, ficando ao seu encargo as lidas domésticas, o fabrico de cerâmicas e a agricultura. Ao homem teriam cabido as tarefas mais árduas e perigosas de se arriscar no mundo exterior e desconhecido, em função da guerra e da caça. Contudo, até hoje persiste uma divisão do trabalho, pela qual os serviços de rua – realizados fora do lar – são próprios do homem, enquanto os serviços de casa – executados dentro e para o funcionamento do lar – são inerentes à mulher.

Posteriormente, com o advento da industrialização, a mulher passou a executar tarefas também fora de casa, resultando na dupla jornada de trabalho. Assim, os fatores socioeconômicos também contribuíram para que a mulher continuasse a realizar o trabalho doméstico.

De acordo com Lopes (1983, p. 16), se antes era possível a mulher conciliar trabalho propriamente produtivo e atividades domésticas, nesse momento o que ocorre é uma real intensificação do seu trabalho, uma vez que a família não pode viver sem seu salário. Às mulheres continua o desígnio das atividades domésticas, acrescidas das atividades fora do lar (agora, separadas em lugares distintos), fazendo com que o trabalho feminino seja mais intenso e por mais horas que o dos homens. Além disso, quando os homens chegam em casa vão assistir à televisão ou conversar com os amigos, enquanto as mulheres vão preparar a comida e cuidar da casa e dos filhos.

Somados a esses componentes, acrescenta-se o fator cultural, que se encarregou de transmitir essas “construções e reconstruções” às gerações posteriores. Na visão de Lopes (1983), o trabalho doméstico como “ocupação” da mulher está interligado aos fatores econômicos e culturais, acrescidos dos psicológicos. Dessa forma, Lopes (1983, p. 11) ressalta que *“ser dona-de-casa é ser uma mulher e ser uma mulher é quase sempre ser uma dona-de-casa, não importa se participando ou não da esfera do trabalho assalariado”*.

Outro ponto interessante a ser ressaltado é que o trabalho doméstico é pouco valorizado. Assim, a produção doméstica do segmento feminino tem sido “invisível” para a sociedade e, portanto, esse segmento não se beneficia de nenhum *status* legal, nem de nenhuma garantia social própria. Nesse mesmo

sentido está a argumentação de Vaz (1999), ao mostrar a casa como o espaço privado/doméstico, cujo trabalho não-valorizado da mulher é repassado pela mãe à menina, desde os primeiros anos de vida. Assim, quando a menina sai para trabalhar em casa de terceiros, apenas muda de espaço privado, onde se perpetua a idéia de seu papel social como um trabalho “invisível e não-reconhecido” aos olhos do sistema familiar, de um mercado não-equitativo e de um estado que não distribui igualmente os recursos (econômicos, legais e institucionais) entre os segmentos masculino e feminino (FESTA e CANELA, 2003).

### **2.3. Trabalho doméstico infantil**

O trabalho doméstico constitui as tarefas desempenhadas pelos membros da própria família, que têm por objetivo contribuir para a manutenção da ordem no lar. No caso de crianças e adolescentes, os afazeres domésticos não devem comprometer a frequência e o aproveitamento escolar, nem os momentos de lazer.

O trabalho doméstico infantil é aquele realizado por crianças com idade inferior a 16 anos, em casas de família, na forma assalariada ou não. Como esse tipo de trabalho ocorre no espaço privado das residências, é mais difícil de desvendá-lo em larga escala. Sua realidade é oculta, uma vez que o lar brasileiro é inviolável, de acordo com a lei, dificultando, assim, a ação dos organismos de inspeção.

Segundo pesquisas realizadas pela OIT (2006), o trabalho doméstico infantil esconde uma realidade de explorações e de injustiças, podendo se tornar um tipo de trabalho extremamente violento, do ponto de vista moral, físico e psicológico. Essa mesma organização mostrou que muitas meninas (em mais de 90% dos casos analisados) se vêem obrigadas a assumir responsabilidades profissionais que provocam atraso no processo de escolarização, ou até a evasão escolar. São crianças que, em sua maioria, saem das cidades do interior em busca de trabalho nos centros urbanos mais concentrados, inserindo-se no mercado de trabalho com jornadas desumanas, sem direito a férias ou a folgas nos finais de semana.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 1998), *apud* Sabóia (2000), pôde-se constatar que a atividade de *afazeres domésticos* é bastante ampla, atingindo 83% das meninas, de 10 a 16 anos. Realizando esses afazeres, encontram-se aquelas pessoas que, independentemente de estarem ocupadas ou não, costumam cuidar integral ou parcialmente dos afazeres domésticos nos seus domicílios, realizando tarefas não-econômicas, que consistem naquelas que não atendem às condições estabelecidas no conceito de trabalho, como: cuidar de crianças menores, arrumar toda ou parte da casa, cozinhar ou preparar alimentos, lavar roupa ou louça, passar roupa etc., fazendo ou não uso de aparelhos eletrodomésticos no exercício das tarefas, seja para si ou para outros.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelou que 23% das crianças entre 10 e 14 anos, empregadas no trabalho doméstico, desempenham jornadas acima de 48 horas semanais. Esse número sobe para 30%, na faixa de 15 a 17 anos. Acrescenta-se ainda que a remuneração, em geral, é baixa, estando essas crianças e adolescentes mais vulneráveis a acidentes, bem como aos vários tipos de exploração, como violência física, moral e abuso sexual (ANDI, 2006c).

Muitas trabalhadoras infantis domésticas afirmam que se sentem sozinhas e desprotegidas porque, mesmo recebendo comida e teto, vivenciam situações de discriminação. Não fazem parte daquela família e, muitas vezes, não é permitido que tenham contato com sua família de origem. Além disso, muitas são obrigadas a pernoitar na casa do patrão, ficando expostas a diversos abusos, sobretudo sexual.

Pesquisas recentes apontam o perfil das crianças e adolescentes trabalhadoras domésticas no Brasil: a grande maioria é menina e adolescente, negra ou parda, pertencente às famílias cuja renda está na faixa de até dois salários mínimos; mais de 90% dessas meninas sabem ler e escrever; 74% estão estudando de forma irregular, com alto índice de atraso escolar; 72% não conhecem seus direitos; 55,5% não têm direitos a férias; 64% recebem menos de um salário mínimo; 21% têm algum sintoma ou problema de saúde relacionado ao trabalho; e 14,9% já tiveram acidente de trabalho (FESTA e CANELA, 2003; VIVARTA, 2003).

Outro estudo apontou que dos quase 500 mil trabalhadores infanto-juvenis domésticos, metade é oriunda de famílias com renda inferior a meio salário mínimo. Dados do IBGE (2006) mostraram que 30% dessas famílias possuem pais sem nenhuma escolaridade e que um terço vive só com a mãe e os irmãos (ANDI, 2006d).

Em Belo Horizonte, o perfil dessas crianças trabalhadoras é: 90,32% são meninas; 46,77 e 25,65% são pardas e negras, respectivamente; 66,02% não conhecem os direitos da criança e do adolescente; e 85,59% não têm informação sobre os direitos trabalhistas (ANDI, 2006a).

#### **2.4. Causas e implicações do trabalho doméstico infantil**

De acordo com Heilborn (2006), o trabalho doméstico infantil inscreve-se em múltiplas dimensões da realidade. De um lado, está associado à questão política, no tocante à implementação de um novo olhar sobre os direitos sociais, considerando a desigualdade da distribuição da riqueza; e, de outro, possui uma dimensão cultural, uma vez que a persistência do trabalho exercido por crianças/adolescentes exprime valores sociais distintos, imbricados nas formas de organização da família, em termos das relações entre adultos e crianças, da concepção sobre gênero e faixa etária e das formas de reciprocidade engendradas no grupo familiar.

Na visão de Sabóia (2000), o aumento do número de crianças empregadas no trabalho doméstico está associado a diversos fatores, destacando o ingresso de um maior número de mulheres nos mercados de trabalho formal e informal, juntamente com as reduções ocorridas nos serviços de assistência social em muitos países, o que é um dos fatores determinantes do crescimento da demanda por trabalhadores domésticos. Por outro lado, um número cada vez maior de crianças provenientes de famílias empobrecidas tornou-se fonte imediata para esse tipo de trabalho.

Para Vivarta (2003), a renda e sua volatilidade, as dívidas, o tamanho da família, a estrutura familiar, as percepções e aspirações dos pais, bem como o desemprego e o nível de instrução, a idade da criança, o número de irmãos mais novos, são as variáveis que mais afetam a probabilidade da criança trabalhar. Somados a esses fatores, encontram-se ainda a pobreza, a

ineficiência do sistema educacional, o sistema de valores e tradições da nossa sociedade e o desejo de muitas crianças de trabalhar desde cedo.

Vaz, *apud* Sabóia (2000), afirmou que as meninas pobres são introduzidas no trabalho doméstico familiar desde os primeiros anos de vida, cuidando dos irmãos mais novos e ajudando nos afazeres domésticos, principalmente com a inserção da mãe no mercado laboral. A partir daí, passar para o trabalho doméstico fora do lar é muito mais comum de acontecer.

O trabalho infantil é atraente para o mercado, por ser menos oneroso para o empregador, uma vez que os salários pagos são mais baixos, não há a obrigatoriedade de carteira assinada, não existindo, portanto, respeito às leis trabalhistas. Para Duarte (2006), esse trabalho é chamativo pelo fato de a criança não ter medo de se submeter a situações de risco, que podem comprometer sua saúde e segurança, além do fato de ela não possuir nenhum direito garantido e não ter sindicato que lhe defenda.

Por outro lado, o trabalho infantil pode ocorrer devido à necessidade de complementação de renda das famílias. Há muitas crianças que trabalham para o seu sustento e o de sua família. De acordo com Castanho (2002), está provado que as principais causas para a inserção da criança/adolescente nesse tipo de trabalho são: pobreza, fome e miséria (54%), seguidas por orientação familiar (10,2%) e situação de desemprego (7,8%).

Segundo Rizzini e Holanda (1996), as crianças e as jovens pertencentes aos núcleos familiares mais pobres são as mais afetadas e com maior probabilidade de “terem” que gerar renda, sendo obrigadas a sacrificar o tempo a ser dedicado à escola em favor do trabalho, principalmente no setor de serviços. As pesquisas têm confirmado que, em geral, as crianças e os adolescentes abandonam a escola quando começam a trabalhar.

De acordo com Gomes (1997), a decisão de incentivar o trabalho precoce consiste em uma estratégia de sobrevivência econômica das famílias mais pobres, que acabam impondo às crianças um elevado custo social, uma vez que estas passam a não ter acesso a um grau de escolarização maior, capaz de lhes garantir, futuramente, melhor colocação no mercado de trabalho.

Pesquisas, como a de Vivarta (2003), têm apontado que o trabalho infantil é ruim para a criança, pois é um entrave para que elas possam estudar, além de prejudicar o desempenho escolar e impedir que esse segmento tenha

chances de se qualificar profissionalmente no futuro. Com a intenção de ajudar, a família acaba privando a criança ou o adolescente da formação e até do convívio familiar, conforme alerta a OIT.

Dados de Campino *et al.*, *apud* Paschoal (2006), revelam que uma criança que começa a trabalhar aos 7 anos deve receber entre 36,8 e 37,7% a menos do que ela receberia se começasse aos 14 anos. Se a comparação for com quem começa aos 21 anos, a perda atinge 50%. A cada ano de retardo de ingresso no trabalho são mais 10% no trabalho de adulto, pela constatação de que geralmente o trabalho precoce implica atraso escolar, com repercussões sobre a qualificação e o rendimento percebido.

Soares (2006) esclarece a desmistificação que ocorre acerca do trabalho infantil: de que ele é necessário ao sustento da família e que enobrece a criança, uma vez que é preferível trabalhar a pedir ou roubar. No entanto, acrescenta que a família deveria amparar e sustentar a criança, e não o inverso. O trabalho infantil não é alternativa à marginalidade, ao contrário, pode levar à delinquência, à prostituição, às drogas e até à morte.

Devido à sua fragilidade, as crianças estão mais sujeitas a inúmeros acidentes e doenças de trabalho do que os adultos, em igualdade de circunstâncias. Outro fator que interfere nos riscos é que as crianças não têm maturidade suficiente para perceber os perigos possíveis que envolvem os exercícios de sua atividade ou que existem no local de trabalho (UNICEF, 2006).

Neves (1999) afirmou que há trabalho infantil realizado nas unidades domésticas revestido de tamanha exploração (reconhecida pela criança ou adolescente, pelo “desgaste” derivado) que, embora necessário à colaboração do sustento familiar, motiva o abandono da família, em busca de outras oportunidades, idealizadas como menos desgastantes e mais valorizadas.

Inquéritos recentes comprovam que muitas crianças sofreram acidentes ou adoeceram no trabalho. Nessas situações encontram-se: ferimentos, membros faturados, perda de partes do corpo, diminuição auditiva e visual, doenças respiratória e gastrointestinais, febre, dores de cabeça. Grande parte das crianças analisadas precisou de cuidados médicos, outras tiveram que faltar ao serviço e várias deixaram de trabalhar para sempre. De acordo com dados da OIT (2006a), três em cada 100 crianças tiveram de deixar de

trabalhar devido a acidentes de trabalho ou a doenças profissionais, enquanto a metade das crianças estudadas foi obrigada a interromper o trabalho e as 46% restantes continuaram a fazê-lo, apesar dos acidentes ou das doenças de que foram vítimas, constatando-se, assim, os efeitos negativos do trabalho infantil.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO DE ANÁLISE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A teoria que embasou a fundamentação teórica desta pesquisa se pautou nas representações sociais. Em 1912, a abordagem teórica das representações coletivas foi proposta por Émile Durkheim, com a obra *As Formas elementares da vida religiosa*, na qual se propôs o estudo das representações coletivas em torno da religião. Compreendia a sociedade como um conjunto de idéias, constantemente alimentadas pelos homens que fazem parte dela. A partir daí, Durkheim (1978) conceituou a “consciência coletiva” como o sistema das representações coletivas em uma determinada sociedade.

Na concepção do autor, as representações são coletivas, uma vez que exprimem realidades coletivas. Os ritos são maneiras de agir, que nascem no seio dos grupos reunidos e que são destinados a suscitar, a manter e a refazer certos estados mentais desses grupos. Ou seja, é aquilo que se repete no imaginário de determinada coletividade.

Nesse sentido, para Durkheim (1978), não existem representações falsas, todas respondem de diferentes formas a condições dadas da existência humana, considerando que:

*são símbolos, através dos quais é preciso saber atingir a realidade que eles figuram e que lhes dá sua verdadeira significação. Constituem objeto de estudo tanto quanto as estruturas e as instituições: são todas elas maneiras de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo e dotados de um poder coercitivo em virtude do qual lhes impõe.*

De acordo com Durkheim (1978), as representações coletivas revelam a forma que o grupo pensa nas suas relações com os objetos que o cercam, considerando a natureza da sociedade, e não a dos indivíduos. Para ele, é a sociedade que exerce uma ação coercitiva sobre as consciências individuais. Os símbolos utilizados nas representações mudam de acordo com cada sociedade. Assim, as representações coletivas são consideradas fator da natureza especificamente social, produto de um conjunto de idéias, sentimentos e saber:

*As representações coletivas são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para fazê-las, uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram suas idéias e sentimentos; longas séries de geração acumularam sua experiência e seu saber. Uma intelectualidade muito particular, infinitamente mais rica e mais complexa do que a do indivíduo, como que concentrada (DURKHEIM, 1978, p. 216).*

Com o estudo *La psychanalyse: son image et son public*, Serge Moscovici busca repensar nos fundamentos da ciência moderna, emergente na psicologia social, as representações sociais. Segundo Silva (1998), o autor busca uma renovação temática, teórica e metodológica no campo da psicologia social:

*(...) minha ambição era mais vasta. Queria redefinir os problemas e os conceitos da psicologia social a partir desse fenômeno (representações sociais), insistindo sobre sua função simbólica e seu poder de construção do real (MOSCOVICI, 1998, apud SILVA, 1998, p. 108).*

Essa abordagem segue contra uma epistemologia do “sujeito puro” ou do “objeto puro”, centrando seu olhar sobre a relação entre os dois, recuperando um que, em interação com o objeto-mundo, constrói o mundo e a si próprio.

Assim, Moscovici introduziu na noção de representação a ênfase no sujeito ativo e construtor, afirmando que as representações sociais podem ser definidas como modalidades de conhecimento prático, socialmente elaboradas e partilhadas, constituindo, simultaneamente, sistemas de interpretação e categorização do real e dos modelos ou guias de ação (ALFEREZ, 1987).

Para ele, tanto o sujeito quanto a realidade do mundo social ocupam um papel central nessa abordagem; reconhecendo a importância da realidade social, Moscovici busca em Durkheim seu primeiro abrigo conceitual para seu estudo. Porém, se concorda, em parte, com a sociologia durkheimiana, por outro lado também se afasta dela, ao perceber que as representações sociais devem ser estudadas articulando aspectos afetivos e mentais, integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração sobre as relações sociais que afetam tanto as representações quanto a realidade social, material e ideal sobre as quais elas vão intervir (SILVA, 1998, p. 110).

*Não há como conhecer o ser humano se o mesmo não estiver inserido numa sociedade, numa cultura, num momento histórico e em dadas condições econômicas* (LANE, 1993, apud SILVA, 1998, p. 11).

Assim, as representações sociais são estruturas cognitivas, afetivas e sociais, como formas de conhecimento prático orientado para a compreensão do mundo e para a comunicação, não podendo ser reduzidas apenas ao seu conteúdo cognitivo, devendo ser entendidas a partir do contexto que as engendra e a partir de sua funcionalidade nas interações sociais do cotidiano. As representações sociais, ao enfatizarem as modalidades de conhecimento prático produzidas no cotidiano, valorizam e estudam o conhecimento do senso comum. Na visão de Spink (1994), esse estudo e valorização servem para situar o senso comum como teia de significados, capaz de criar, efetivamente, a realidade social.

Sendo uma forma de conhecimento elaborado e compartilhado socialmente, a representação social é produto e processo de uma atividade mental pela qual o indivíduo ou um grupo reconstitui o real ao qual ele está confrontado e lhe atribui uma significação específica; não é, pois, um simples reflexo da realidade, ela é uma organização significativa, que funciona como um sistema de interpretação da realidade, regendo as relações dos indivíduos com o seu ambiente físico e social e determinando seus comportamentos e práticas (ABRIC, 1994; JODELET, 1989, apud SILVA, 1998, p. 112-116).

Na percepção de Minayo (1995), a representação social é um termo filosófico que significa reprodução de uma percepção retida na lembrança ou

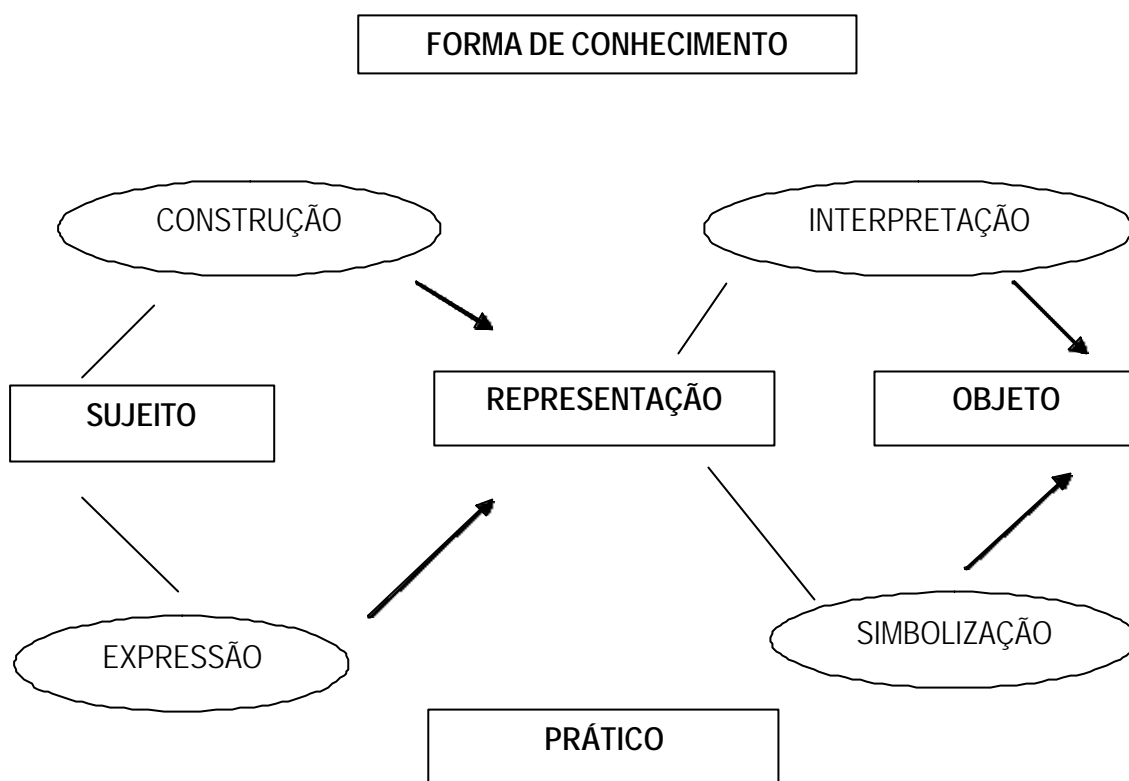
no conteúdo do pensamento. Nas ciências sociais, as representações sociais são definidas como categorias de pensamentos que expressam e exemplificam a realidade, justificando-a ou questionando-a (MINAYO, 1995).

Na visão de Teixeira (1999), as representações sociais são um instrumento para análise dos aspectos sociais, uma vez que retratam a realidade. São uma forma de compreender a relação cotidiano/sociedade e de valorização da participação do indivíduo na reelaboração de significados para os fenômenos sociedade.

As sociedades, ao longo do tempo, construíram suas próprias representações, atribuindo a essas uma identidade e modelos de conduta aceitáveis. Através das representações coletivas, uma nova maneira de ver a realidade passa a ser aceita: aquela como a realidade foi pensada, e não apenas o que aconteceu. Ou seja, como pode ser evidenciado na Figura 1, o sujeito ou ator social, por meio dos seus conhecimentos e das interações práticas do seu cotidiano, procura construir ou expressar o que há em sua imagem sobre o objeto, representando-o, seja por meio da interpretação ou da simbolização.

De acordo com Guareschi e Jovchelovitch (1999), há uma inversão da posição do sujeito: de observador neutro e passivo, como o proposto por Durkheim, para “criador de uma realidade consensual”, articulando elementos afetivos, mentais e sociais e integrando o componente cognitivo às relações sociais do cotidiano, aproximando-se do proposto por Moscovici. Dessa forma, as representações sociais não podem ser reduzidas apenas ao seu conteúdo cognitivo, mas devem ser entendidas a partir do contexto que as engendra e de acordo com sua funcionalidade nas interações sociais do cotidiano.

Nesse contexto, Pereira (2002) afirma que ao estudar representações sociais é preciso considerar as condições sociais, ou seja, o contexto em que as pessoas estão inseridas. Spink (1999) enfatizou que as representações sociais, como produtos sociais, devem ser remetidas às condições sociais que as geraram. Assim, a caracterização do contexto é importante, porque sem ela não há como compreender as construções que dele emanam e que nesse processo o transformam.



Fonte: Jodelet, *apud* Spinki (1999).

Figura 1 – O campo de estudos da representação social.

Em resumo, as representações sociais são um conjunto de conceitos, imagens e explicitações construídas no cotidiano, através de um processo de comunicação interpessoal, e elaboradas coletivamente, de forma compartilhada e sancionada por uma determinada cultura (PEREIRA, 2002).

Sobre sua aplicabilidade, Minayo (1995) comenta que, por serem ao mesmo tempo ilusórias, contraditórias e “verdadeiras”, as representações podem ser consideradas matéria-prima para a análise do social e, também, para a ação pedagógico-política de transformação, pois retratam e refratam a realidade, segundo determinado segmento da sociedade.

Diante do exposto, considera-se que esse referencial teórico pode ser utilizado para entender, por meio das falas das crianças, como elas se sentem em relação à sua vida cotidiana, em termos de trabalho, estudo e atividades lúdicas. Especificamente, se na sua percepção o trabalho realizado é visto como explorador ou solidário. Além disso, essa realidade pode ser ampliada com os discursos dos professores sobre desempenho e comportamento das

crianças inseridas no trabalho doméstico. Ou seja, o caráter comunicativo e interpessoal das representações pode ser reforçado pela lingüística, enquanto as concepções produzidas culturalmente podem ser expressas oralmente, por meio dos discursos.

## 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 4.1. Local de estudo

O local de estudo foi a microrregião da Zona da Mata de Minas Gerais, especificamente o município de Viçosa-MG, que possui área total de 300,2 km<sup>2</sup> (IBGE, 2006).

Dados do IPEADATA, *apud* FJP (2006), e do Wikipédia (2006) mostraram que, em 2006, o município conta com uma população de 74.607 habitantes, em que 9.660 estão na faixa de 7 a 14 anos e 3.890 entre 15 e 17 anos, sendo a densidade demográfica de 249,2 hab/km<sup>2</sup>.

Em termos de atividades econômicas, o setor de serviços é o mais expressivo, empregando 15.130 pessoas, seguido pelo industrial e agropecuário, com 4.506 e 2.898 pessoas, respectivamente (MINAS GERAIS, 2006).

No que diz respeito ao desenvolvimento social e humano do município, dimensionado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pôde-se constatar um crescimento da ordem de 11,89%, passando de 0,723 em 1991 para 0,809 em 2000. O componente que mais contribuiu para essa elevação foi a longevidade, com 39,1%, seguida pela educação com 36,0% e pela renda com 24,8% (PNUD, 2000).

A opção por realizar a pesquisa em Viçosa se deve ao fato de nessa cidade não haver estudos sobre o tema e pela maior facilidade de coletar os dados, uma vez que a pesquisadora estava residindo no município durante a pesquisa.

## 4.2. População e amostra

O universo da pesquisa foi composto por meninas, na faixa de 7 a 15 anos completos, que estudavam em escolas municipais/estaduais, cujas famílias recebiam algum tipo de auxílio do governo, especificamente o Bolsa Família<sup>2</sup>.

Dados levantados na Secretaria Municipal de Ação Social de Viçosa-MG mostraram que, no município, o Bolsa Família beneficiava, na época da coleta de dados da pesquisa, 1.150 crianças/adolescentes, do sexo feminino, com idade entre 7 e 15 anos, residentes no meio urbano. Os bairros de maior concentração de beneficiárias do Programa podem ser visualizados na Tabela 1.

Tabela 1 - Principais bairros de residências das meninas beneficiárias do Programa Bolsa Família. Viçosa-MG, 2006

Bairro	%
Nova Viçosa	14
Santo Antônio	12
Centro	10
Outros	64

<sup>2</sup> O Programa Bolsa Família faz parte do Programa Fome Zero, cujo objetivo é garantir o direito à alimentação adequada, com preferência para pessoas com dificuldades de acesso a alimentos. O Programa foi criado pelo governo federal, no governo Lula, para apoiar as famílias mais pobres e garantir o direito à alimentação. A transferência da renda é feita diretamente para as famílias. As famílias que recebem o benefício têm o compromisso de manter os filhos na escola e o acompanhamento da saúde em dia. O Bolsa Família juntou em um só Programa o Auxílio Gás, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação. Os critérios para o recebimento do benefício são: renda *per capita* entre R\$50,01 e R\$ 100,00 para pessoas que tenham crianças de zero a 15 anos ou gestantes. A inserção no programa se dá através da realização do Cadastro Único, realizado junto a Prefeitura Municipal. O valor do benefício varia de R\$15,00 a R\$95,00 por mês, dependendo da renda *per capita* familiar e do número de filhos na faixa etária que o programa atende (BRASIL, 2006a).

Considera-se interessante ressaltar que o levantamento de dados secundários, feito na primeira etapa da pesquisa, constituiu o norteador da amostra da população estudada, uma vez que se optou por entrevistar meninas oriundas das famílias residentes nos bairros de maior representatividade. Assim sendo, foram entrevistadas crianças/adolescentes de uma escola pública dos bairros Nova Viçosa, Santo Antônio e Centro.

Essa seleção deveu-se à pressuposição de que o trabalho doméstico é, basicamente, realizado por crianças oriundas de famílias pobres ou indigentes. Além da pobreza, outra variável delimitante do universo populacional foi o sexo da criança/adolescente, uma vez que os estudos revelam que o trabalho doméstico infantil é predominantemente realizado por meninas.

Baseando-se na metodologia proposta por Borchardt (2003), foi considerada como pobre aquela família com renda *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo (S.M.<sup>3</sup>) por pessoa/mês, enquanto em situação de indigência se encontravam aquelas cujo patamar de renda era menor ou igual a meio salário mínimo por pessoa/mês. Vale ressaltar que nas condições específicas do Programa Bolsa Família, como já foi esclarecido, para que essas crianças/adolescentes recebessem o benefício governamental era necessário que a renda familiar mensal dividida pelo número de pessoas da família não fosse superior a R\$100,00, ou seja, as famílias contempladas deveriam possuir renda *per capita* inferior a um terço do salário mínimo de 2005 (BRASIL, 2006b).

Por meio dos cadastros feitos pela Secretaria Municipal de Ação Social e Educação, foi identificado o número total de meninas cujas famílias recebiam auxílio governamental. Dessa população foi retirada uma amostra indicadora da população em estudo, na qual foram identificadas aquelas meninas que realizavam trabalho doméstico dentro do lar.

Como não se tinha conhecimento, *a priori*, de quais seriam as meninas que realizavam tarefas domésticas, fez-se uso da amostragem não-probabilística, do tipo cota, proposto pelo Instituto Gallup de Pesquisa, apud Rocha (2000, p. 40). Isso porque não se conhecia a população total e os seus indivíduos não apresentavam igual probabilidade de entrar na amostra, sendo

---

<sup>3</sup> Ressalta-se que o valor do salário mínimo, no período de realização da pesquisa (outubro de 2005), era de R\$240,00.

esse um sistema rápido, barato e de fácil utilização, embora não permita fazer generalizações.

Esse esquema para amostragem não-probabilística evidencia que cada segmento amostral deve ter, no mínimo, 30 indivíduos. Neste caso, foram realizadas entrevistas com 54 crianças do segmento analisado na pesquisa, ou seja, aquelas crianças que realizavam trabalho doméstico dentro do próprio lar. A seleção das meninas foi intencional, entrevistando-se duas meninas de cada idade, entre 7 e 15 anos, de três escolas diferentes, o que corresponde a um total de seis meninas de cada faixa etária.

Após essa caracterização inicial, selecionou-se uma subamostra intencional composta por seis meninas (em função do nível de *stress* apresentado), para um estudo mais aprofundado e dinâmico sobre suas vidas, fazendo-se uso do método da história de vida.

Além disso, foram realizadas entrevistas com 14 professores das crianças selecionadas, a fim de obter informações sobre o desenvolvimento escolar e o comportamento das mesmas. Foram entrevistadas, também, as mães de duas crianças, com o objetivo de ouvir a opinião materna sobre o trabalho desenvolvido por suas filhas.

### **4.3. Forma de coleta de dados**

Esta é uma pesquisa quanti-qualitativa, em que os dados iniciais foram coletados por meio de uma pesquisa documental, no cadastro realizado pelo Programa Bolsa Família, para ter uma caracterização do perfil pessoal e familiar das crianças/adolescentes.

Após a pesquisa documental, mediante o uso de método *survey*, foram entrevistadas, por meio de questionário (Apêndice 1), as meninas que realizavam o trabalho doméstico em suas casas, visando ter uma visão de suas atividades laborais e suas implicações sobre o desempenho escolar, físico, emocional e psico-afetivo do segmento infante-juvenil.

Numa segunda etapa da pesquisa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 14 professoras das escolas públicas onde as crianças estavam matriculadas. Tais entrevistas tratavam de aspectos de aprendizagem

e adaptação das crianças à escola, bem como sobre o nível de participação e de envolvimento dos pais (Apêndice 2).

Após essa etapa, aplicou-se o método da história de vida<sup>4</sup>, junto a seis meninas cujo nível de estresse estava mais elevado, para obter dados mais detalhados sobre a vida da criança e do seu ambiente cotidiano, destacando as atividades caseiras até os dias atuais, bem como dados referentes à interação criança/família/rotina familiar, visando averiguar os rearranjos familiares que ocorreram desde o nascimento da criança e como esses acontecimentos foram mudando e se processando ao longo de sua vida (Apêndice 3).

Posteriormente, foram selecionadas duas mães das meninas componentes da amostra do estudo, visando obter mais dados sobre as condições de trabalho realizado pelas crianças/adolescentes.

A análise dos dados foi realizada mediante o uso da análise do conteúdo<sup>5</sup>, a fim de entender o que o texto quer dizer, ou seja, qual a mensagem que a fala da criança quer passar, para compreender suas concepções, opiniões e condutas. O método foi empregado, ainda, por se aplicar a entrevistas e conversação de toda espécie, pois está direcionado à análise de qualquer comunicação, podendo decompor falas ou discursos, escritos ou textos. Nesse sentido, Henry e Moscovici, *apud* Bardin (1977), afirmam que “tudo o que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo”.

Krippendorff (1990) observou que, por meio da análise de conteúdo, é possível formular, a partir de certos dados, inferências válidas e reproduzíveis, que podem ser aplicadas ao contexto dos dados, tal como são comunicados ou expressos.

---

<sup>4</sup> Atkinson (2002) relatou que a história de vida é um método de pesquisa qualitativo usado para reunir informações essenciais sobre toda a vida de uma pessoa. Como neste método procura-se observar toda a vida da pessoa, percorrendo suas experiências de forma a fazer um estudo aprofundado da vida do indivíduo, ele deve ser feito com a pessoa sozinha. Outro ponto interessante é que este método envolve acontecimentos, experiências e sentimentos importantes ao longo da vida da pessoa. Em suma, o autor afirma que a história de vida serve como uma excelente maneira para entender como as pessoas vêem suas próprias experiências, suas próprias vidas e suas interações com os outros.

<sup>5</sup> Para Bardin (1997), a análise de conteúdo constitui-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

#### **4.4. Variáveis de análise**

As variáveis utilizadas para o alcance dos objetivos propostos foram: perfil pessoal da criança/adolescente; sistema familiar e seu ambiente cotidiano; especificação das atividades desenvolvidas pelo segmento infanto-juvenil entrevistado; e suas implicações sobre o cotidiano da criança/adolescente.

##### **4.4.1. Perfil pessoal da criança/adolescente**

O perfil da criança/adolescente foi caracterizado por meio de seus aspectos pessoais, relativos à idade, à raça, à naturalidade e ao grau de escolaridade. A operacionalização desses aspectos foi feita da seguinte forma:

- idade (número de anos);
- raça (cor da pele, definida pelo pesquisador e categorizada em branca, negra e parda);
- naturalidade (local de nascimento, se é nativa, do próprio município, do Estado ou de outros Estados);
- grau de escolaridade (última série cursada);
- religião (católica, evangélica, outra); e
- participação em grupos comunitários (especificar).

##### **4.4.2. Sistema familiar e seu ambiente cotidiano**

A caracterização do perfil familiar da criança foi associada aos seguintes aspectos:

- tamanho da família (nº de membros residentes no domicílio);
- tipo de família, identificado como nuclear (pai, mãe e filhos), monoparental (pai ou mãe e filhos); extensa (pai, mãe, filhos e outros parentes) e outro tipo (especificar);
- ciclo de vida da família, caracterizado, de acordo com Montali (1990), como em *formação* (casais jovens com até 34 anos, sem ou com filhos menores de 12 anos), *intermediário* (casais entre 35 e 49 anos, com filhos entre 12 e 18 anos), em *dispersão* (casais com idade acima de 50 anos com

filhos maiores de 18 anos);

- *status* marital dos pais (casados, amigados, separados e divorciados);
- número de filhos;
- sexo dos filhos (masculino e feminino);
- idade dos filhos (nº de anos);
- número de irmãos menores que o entrevistado;
- nível médio de escolaridade da família (anos de estudo da mãe, do pai

e de todos os membros familiares acima de 14 anos);

- participação na força de trabalho (nº e quais membros realizam atividades laborais);

- tipo de ocupação exercida pelos membros familiares e locais de trabalho;
- tempo de trabalho em horas/dia;
- tipo de relação contratual (fixo, eventual, com e sem carteira de trabalho);
- renda familiar média (expressa em termos de salário mínimo);
- renda *per capita* (expressa em termos de salário mínimo); e
- razão de dependência familiar<sup>6</sup>, indicada pela proporção entre tamanho da família e número de membros ocupados.

#### **4.4.3. Caracterização do habitat familiar**

Em termos da caracterização do ambiente vivenciado pelo sistema familiar, procurou-se enfatizar aqueles aspectos mais relacionados com o trabalho doméstico, em termos de:

- local de residência (o bairro em que reside, citando-o);
- tipo de domicílio (cômodo, casa, apartamento);
- forma de aquisição (alugado, próprio, financiado ou cedido), além disso, se mora com outra unidade familiar;
- condições do domicílio (telhado, piso, paredes, número de cômodo, ventilação<sup>7</sup> e iluminação); e

---

<sup>6</sup> Razão de dependência refere-se ao número de membros que precisa trabalhar para sustentar-se e aos demais membros da família (MONTALI,1995).

<sup>7</sup> A situação de ventilação do domicílio foi medida em termos da existência de janela(s) nos cômodos da casa. Não foi abordada, neste estudo, a disposição das janelas, não sendo possível dimensionar se havia ou não ventilação cruzada.

- ambiente da residência, considerado em termos das condições sanitário-higiênicas, ressaltando-se três variáveis: lixo (destino e frequência de recolhimento), esgoto (presença de rede geral ou de qual outro tipo) e água (origem, forma de acesso e tipo de armazenamento).

Também foram levantadas informações sobre os serviços comunitários existentes no bairro em que a criança residia, como a existência de assistência médica, posto de saúde, posto policial, creches/escolas, associações, assistência odontológica, fornecimento de medicamentos, serviço de transporte, assistência hospitalar e serviço telefônico.

#### ***4.4.4. Atividades desenvolvidas pela criança***

Por meio de depoimentos das crianças, procurou-se identificar: com que idade iniciou suas tarefas domésticas (nº de anos); quais os tipos de atividades realizadas por elas, sejam sozinhas ou em companhia de algum membro da família; se a atividade realizada foi uma opção sua ou se foi imposta por algum membro da família (sim/não, de qual membro e por qual razão); se ela gostava da tarefa que realizava dentro da casa (sim/não); caso não gostasse, o que preferia fazer no período em que estava trabalhando (especificar); em termos da intensidade do trabalho, foram identificadas quantas horas trabalhava por dia e quantos dias na semana; se o trabalho a deixava cansada ou desanimada para fazer outras atividades (estudo/lazer) e o porquê; e, ainda, se recebia alguma recompensa pelo trabalho realizado (especificar). Além disso, procurou-se identificar a percepção que a criança tinha sobre o trabalho infantil, questionando-a sobre suas vantagens e desvantagens, bem como sobre os tipos de modificações que o trabalho havia trazido para sua vida, em termos de lazer e dos seus estudos.

#### ***4.4.5. Implicações do trabalho infantil sobre a realidade cotidiana da criança***

Para análise das implicações do trabalho infantil procurou-se, em um primeiro momento, deixar a criança bem à vontade, pedindo que ela falasse sobre sua vida em geral; sobre sua família e seus amigos; do que ela mais gostava de fazer e como era seu dia-a-dia (desde que se levantava até dormir);

e quais eram suas lembranças boas e aquelas que a deixavam triste.

Após esse primeiro momento foram identificados, junto às crianças e professoras, alguns aspectos associados à sua realidade cotidiana, como: desempenho escolar, físico e psicoafetivo do segmento estudado, levando-se em consideração suas manifestações e expressões.

No que diz respeito ao **desempenho escolar**, foram considerados os seguintes aspectos: qual a situação da criança em relação à defasagem escolar; se já havia repetido algum ano e como foi a recuperação; qual era a sua maior afinidade com relação às disciplinas e atividades recreativas e culturais; em que matéria tinha apresentado mais dificuldade e quem a tinha auxiliado no momento de dúvidas; qual era a opinião dos professores sobre os aspectos cognitivos e motivacionais da criança; como os professores avaliavam o ajustamento da criança à escola (com colegas e professores); se o relacionamento familiar influenciava o processo de adaptação da criança; e qual o nível de participação e de envolvimento dos pais no que se referia ao processo de aprendizagem da criança e ao seu desempenho.

Quanto ao **desempenho físico** foram considerados os elementos associados pelas crianças, em termos do desenvolvimento de alguma atividade, que fossem superiores à sua capacidade ou maturidade. Para tanto, foram identificados, junto à criança, quais foram os acidentes mais freqüentes ocorridos durante o desenvolvimento das atividades domésticas, como: cortes, ferimentos e feridas (provenientes de objetos perfurantes); queimaduras, deslocações, fraturas, entorses, contusões, hematomas, escoriações; dentre outros especificados pela criança. No que diz respeito às doenças consideradas pela criança como decorrentes do trabalho infantil, indagou-se se ocorriam: dores no corpo, dores de cabeça, no pescoço, na coluna, dentre outras, identificadas pela própria criança. Além disso, foi perguntado à criança se havia sofrido castigos e, ou, punições, devido ao trabalho desempenhado em sua casa.

Para analisar o **desempenho psicoafetivo**, especificamente em termos dos aspectos emocionais e psicológicos, foi dada ênfase às manifestações em relação a: comunicação, dimensionada pelas categorias confiança e coerência no âmbito familiar; além de analisar aspectos indicativos de estresse, de acordo com a percepção da criança/adolescente sobre os problemas enfrentados no seu dia-a-dia.

Assim, em termos da comunicação familiar, foi indagado à criança qual o valor que ela dava à família, aos amigos, à casa em que morava e à escola em que estudava. Indagou-se também à criança se existia algum aspecto em que gostaria que seu pai/mãe fosse diferente e porquê e quais eram os pontos fortes que visualizava em seu pai/mãe e na sua família com um todo (especificar). Além disso, em termos da verificação dos objetivos e das alternativas para a resolução de problemas, dimensionados de forma dicotômica por sim/não, foram utilizadas as seguintes questões: a ocorrência de conversas entre você e seus pais, especificamente sobre trabalho infantil e, também, sobre outros aspectos importantes da sua vida, tem se dado freqüentemente? E quanto à preferência da criança para discussão de problemas, perguntou-se: prefere discutir com familiares, com amigos ou sente-se melhor isolando-se.

Em relação à coerência e confiança familiar, categorizada por sim e não, foram feitos os seguintes questionamentos à criança: você sente que os membros da sua família se respeitam? Acredita que os membros familiares têm orgulho de pertencer a essa família, incluindo você? Existem muitos pontos de discórdia dentro da família? E quais são os principais (especificar). A família vê os seus problemas de forma positiva, ou seja, você acha que sua família tem coragem e disposição para enfrentar os problemas que surgem? Têm ocorrido brigas e conflitos na família por causa do seu trabalho? Se você não realizasse o seu trabalho doméstico, como que você acha que sua família iria resolver este problema?

As implicações do trabalho infantil, com relação aos aspectos psicológicos, foram dimensionadas, ainda, por meio das opiniões das crianças sobre alguns elementos delimitantes do estresse infantil, definido como “um conjunto de reações que um organismo desenvolve ao ser submetido a uma situação ou a um estímulo, que exige um esforço para adaptação” (FRANÇA e RODRIGUES, 1997, p. 20). Assim, o nível de estresse foi verificado, de acordo com a percepção da criança/adolescente, em termos de 21 perguntas específicas (relacionadas tanto com os sintomas cognitivos, quanto somáticos), construídas com base no questionário elaborado por Lefebvre e Sandford (1985), denominado *A multi-modal questionnaire for stress*. Esse questionário sofreu algumas adaptações, de acordo com Lipp (1996), sendo testado por

Rocha (2000), quando analisou situações de estresse e de adaptação do trabalho infantil em Governador Valadares-MG (Anexo 1).

#### **4.5. Procedimentos de análise**

Os dados quantitativos foram analisados estatisticamente de forma descritiva (frequência e média), por meio de tabelas simples e cruzadas, detalhadas pelo programa de análise estatística SPSS (acrônimo de *Statistical Package for the Social Sciences* - pacote estatístico para as Ciências Sociais). Este programa, de acordo com Wikipédia (2006), teve sua primeira versão em 1968 e é um dos programas de análise estatística mais usados nas ciências sociais, sendo também utilizado por pesquisadores na área de saúde, educação, pelo governo e outros setores. Ele é útil para fazer testes estatísticos, como os testes da correlação, multicolinearidade e de hipóteses. Além de propiciar ao pesquisador contagens de frequência, ordenar dados, reorganizar a informação, serve também como um mecanismo de entrada dos dados. O programa é muito usado pela possibilidade de trabalhar com bases de dados de grande dimensão.

No caso dos dados qualitativos, fez-se uso da análise de conteúdo, que é um método que pode ser aplicado tanto em investigações qualitativas como quantitativas, podendo servir para auxiliar nos aprofundamentos de conhecimentos, como é o caso da pesquisa em questão.

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os dados foram discutidos com base em informações coletadas por meio de entrevistas com as crianças e os seus respectivos professores, no município de Viçosa-MG, visando analisar a natureza do trabalho doméstico realizado pelas meninas entrevistadas, bem como as implicações no seu cotidiano.

Assim, foram discutidos fatores considerados importantes no alcance dos objetivos desta pesquisa, sendo eles: perfil pessoal e familiar da criança/adolescente; caracterização do habitat familiar; percepções acerca da categoria trabalho e principais atividades desenvolvidas pela criança/adolescente; e as implicações do trabalho infantil sobre a vida cotidiana desse segmento, considerando o desempenho escolar, aspectos físicos e psicoafetivo.

### **5.1. Perfil pessoal e familiar da criança/adolescente**

No que diz respeito ao perfil pessoal do segmento pesquisado, constatou-se que as meninas com idade entre 7 e 15 anos eram predominantemente de cor negra, seguida da parda e branca (Tabela 2). Este dado, segundo Vivarta (2003), está de acordo com o encontrado em pesquisas realizadas pela OIT, que apontaram que a maioria das trabalhadoras domésticas é formada por mulheres afro-descendentes (74,7%).

Tabela 2 – Caracterização do perfil pessoal da criança/adolescente - Viçosa/MG

<b>Componentes</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>
<b>Cor da Pele da Criança/Adolescente</b>		
Negra	24	44,5
Parda	16	29,6
Branca	14	25,9
<b>Naturalidade da Criança/Adolescente</b>		
Viçosa/MG	51	94,4
Outro Estado	2	3,9
Outro Município de Minas Gerais	1	1,7
<b>Escolaridade da Criança/Adolescente</b>		
1 <sup>a</sup>	5	9,3
2 <sup>a</sup>	7	13,0
3 <sup>a</sup>	9	16,6
4 <sup>a</sup>	6	11,1
5 <sup>a</sup>	10	18,5
6 <sup>a</sup>	5	9,3
7 <sup>a</sup>	10	18,5
8 <sup>a</sup>	2	3,7
<b>Religião da Criança/Adolescente</b>		
Católica	48	88,9
Evangélica	6	11,1
<b>Participação em Grupo Social</b>		
Sim	31	57,4
Não	23	42,6

Fonte: dados da pesquisa. Viçosa-MG, 2006.

Quanto à naturalidade, ou seja, o local de nascimento do segmento estudado, percebeu-se que grande maioria era natural do município de Viçosa-MG.

Com relação à escolaridade, havia maior porcentagem de crianças (18,5%) na 5<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup> séries e menor freqüência na 8<sup>a</sup> série (3,7%).

Pôde-se perceber que aos 7 anos, idade em que as meninas iniciam o ensino fundamental, cinco delas estavam cursando a 1<sup>a</sup> série, conforme o previsto, e uma já estava na 2<sup>a</sup> série, ou seja, se encontrava um ano adiantada em relação às demais. No entanto, os outros dados mostraram a ocorrência de uma defasagem escolar, uma vez que aos 14 anos todas as meninas já deveriam ter concluído a 8<sup>a</sup> série. Constatou-se, porém, que isso não era a realidade, uma vez que apenas duas das 12 entrevistadas, com idade entre 14 e 15 anos, estavam cursando a referida série. Estes dados estão de acordo com o estudo realizado por Sabóia (2000), sobre a caracterização das meninas vinculadas ao serviço doméstico. O autor constatou que à medida que os anos passam as crianças também aumentam o atraso escolar, definido pela

defasagem entre a idade da criança e a série freqüentada, afirmando que: “Aos 14 anos, quando deveriam estar completando o ensino fundamental, apenas 9,8% das crianças empregadas domésticas possuem sete anos de estudo e 1,7% atingiu oito anos” (SABÓIA, 2000, p. 14).

No que se refere à religiosidade, constatou-se que 100% das entrevistadas possuíam alguma orientação religiosa, destacando-se a católica (88,9%).

Os dados evidenciaram, ainda, que mais da metade das crianças/adolescentes participava de algum grupo social (57,4%), sendo eles: catequese, dança e capoeira, o que contribui para a socialização da criança.

No que se refere ao perfil familiar (Tabela 3), os dados mostraram que o tamanho das famílias variou de três a dez membros, prevalecendo a família com quatro membros, seguida por aquelas constituídas de cinco membros.

Ficou evidenciado também que as famílias, em sua maioria, eram do tipo nuclear, seguida da monoparental, chefiada por mulheres (em todos os casos), e, na minoria dos casos, apareceu a família extensa. Esses resultados diferem da realidade nacional, já que, segundo Lavinhas e Nicoll (2006), 10% das famílias brasileiras são constituídas por pessoas que moram sozinhas; quase 15% compõem-se de casais sem filhos; 51% são nucleares com filhos; 18% são chefiadas por mulheres sem cônjuges, porém com filhos; havendo, ainda, um resíduo de 6% que congrega outros arranjos.

No tocante ao ciclo de vida da família, a maioria encontrava-se no ciclo de maturação, seguida pelo de formação e de dispersão.

Quanto ao *status* marital dos pais, constatou-se que a maior parte, tanto dos pais quanto das mães, era casada, tendo de um até cinco filhos, embora predominasse a família com dois filhos, principalmente do sexo feminino. Por outro lado, quanto à faixa etária, pôde-se constatar que mais da metade dos filhos tinha de 7 a 12 anos de idade (51,9%).

No presente estudo, em 53,7% dos casos, a entrevistada tinha irmãos mais novos do que ela. De acordo com Vivarta (2003), o número de irmãos mais novos, a escolaridade dos pais e a idade da criança são as variáveis que mais afetam a probabilidade de a criança realizar serviço doméstico, no próprio domicílio ou para terceiros.

Tabela 3 – Caracterização do perfil familiar da criança/adolescente - Viçosa/MG

<b>Componentes</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>
<b>Tamanho da Família (nº de membros)</b>		
3	4	7,4
4	19	35,2
5	13	24,1
6	8	14,8
7	8	14,8
10	2	3,7
<b>Tipo de Família</b>		
Nuclear	35	64,8
Monoparental	15	27,8
Extensa	4	7,4
<b>Ciclo de Vida Familiar</b>		
Maturação	33	61,1
Formação	11	20,4
Dispersão	10	18,5
<b>Status Marital da Mãe</b>		
Casada	41	75,9
Separada/Divorciada	6	11,1
Viúva	3	5,6
Solteira	2	3,7
Sem Resposta	2	3,7
<b>Status Marital do Pai</b>		
Casado	38	70,4
Separado/Divorciado	2	3,7
Sem Resposta	14	25,9
<b>Nº de Filhos</b>		
1	1	1,9
2	20	37,0
3	15	27,8
4	15	27,8
5	3	5,5
<b>Irmãos Mais Novos que o Entrevistado</b>		
Sim	29	53,7
Não	25	46,3
<b>Faixa Etária Média dos Filhos</b>		
Até 06 anos	6	11,1
De 07 a 12 anos	28	51,9
De 13 a 18 anos	16	29,6
Mais de 18 anos	4	7,4
<b>Pessoas Empregadas na Família</b>		
Nenhuma	4	7,4
01	22	40,7
02	23	42,6
03	4	7,4
04	1	1,9
<b>Tipo de Ocupação (Fora de Casa)</b>		
Trabalho Doméstico	26	48,2
Prestação de Serviços Gerais	14	25,9
Comércio	10	18,5
Outros Setores	4	7,4
<b>Renda Média Familiar Mensal</b>		
Menor que 01 Salário Mínimo	15	27,8
Entre 01 e 02 salários Mínimos	29	53,7
Maior que 02 Salários Mínimos	10	18,5

Fonte: dados da pesquisa. Viçosa-MG, 2006.

No que se refere à participação na força de trabalho, constatou-se que em 42,6% das famílias havia duas pessoas que trabalhavam fora de casa, enquanto em 40,7% dos casos apenas uma trabalhava fora. O número de pessoas ocupadas na família afeta a razão de dependência, que foi equivalente a 1,5, indicando que uma pessoa trabalhava para sustentar quase duas.

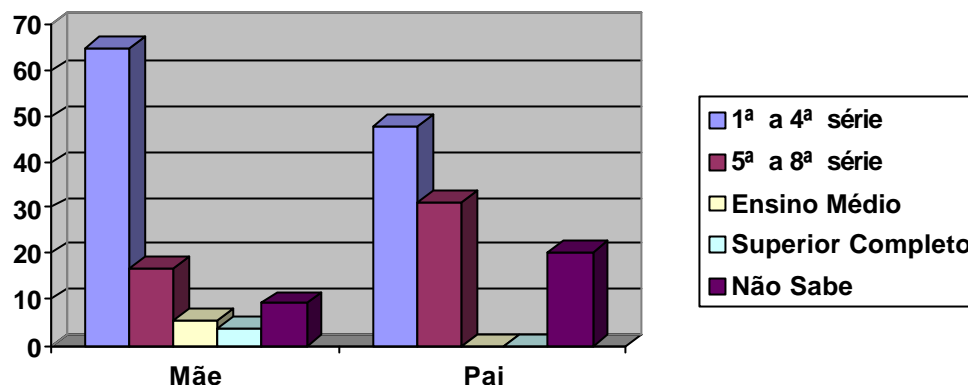
O tipo de ocupação predominante foi o trabalho doméstico (48,1%), seguido pela prestação de serviços gerais (25,9%), envolvendo as seguintes atividades: pedreiro/servente, marceneiro, pintor, eletricista, jardineiro, cabeleireira, costureira e capoteiro. O setor de comércio empregava 18,5% dos pais, enquanto 7,4% estavam empregados em outros setores, como: em clínica veterinária, creche, clube ou por conta própria. Em 7,4% dos casos, os membros responsáveis pela criança estavam desempregados, utilizando exclusivamente o auxílio governamental como fonte de renda, para manutenção do grupo familiar.

Caracterizando o trabalho do pai, pôde-se inferir que 44,4% deles trabalhavam, em média, cinco dias na semana, 8 horas por dia, e em 48% dos casos analisados esse trabalho era do tipo fixo, devendo-se destacar que 31,5% possuíam carteira de trabalho assinada. No que diz respeito à mãe, houve predomínio de 5,5 dias trabalhados na semana, devendo-se ressaltar que metade delas trabalhava 8 horas por dia, em um trabalho fixo, embora apenas 18,5% possuísse carteira de trabalho assinada.

Essa precarização do trabalho pode estar associada à escolaridade média dos membros familiares, que era de quatro anos de estudo, inferior à média brasileira, equivalente a 6,3 anos (IPEADATA, *apud* FJP, 2006). Comparando o grau de instrução dos responsáveis pelas crianças, pôde-se constatar que tanto a mãe quanto o pai tinham, predominantemente, da 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série do ensino fundamental, devendo ser ressaltado que em 5,6% dos casos apenas a mãe havia alcançado o ensino médio e em 3,7%, o superior (Figura 2).

O grau de instrução reflete sobre o acesso ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, sobre a renda familiar. A renda média familiar foi calculada, somando-se a renda mensal familiar e dividindo-se esse valor pelo número de pessoas empregadas na família. Assim, mais de 80% das famílias tinham um rendimento médio inferior a dois salários mínimos. Em termos da renda *per capita*, constatou-se que seu valor médio foi, em 77,8% dos casos, inferior a

meio salário mínimo<sup>8</sup>, demonstrando a situação de vulnerabilidade social das unidades familiares.



Fonte: dados da Pesquisa. Viçosa-MG, 2006.

Figura 2 – Grau de instrução dos responsáveis pelas crianças/adolescentes. Viçosa-MG, 2006.

## 5.2. Caracterização do *habitat* familiar

Na caracterização do *habitat* familiar foram considerados aspectos do ambiente mais próximo do sistema familiar, como tipo de domicílio, forma de aquisição da moradia, tipo do telhado, tipo de parede, tipo de piso, rede geral de esgoto, existência de banheiro, acesso à água, existência de filtro de água, destino do lixo, iluminação e ventilação dos cômodos (Tabela 4).

Analisando o padrão habitacional familiar, percebeu-se que a maioria das famílias residia em casas próprias e que apenas uma pequena parcela morava em imóveis alugados. Nessas residências predominou o tipo de telhado de laje, sendo as paredes, na maior parte dos casos, de bloco com revestimento, enquanto o piso era de cerâmica.

Além disso, observou-se que a maior parte dos domicílios tinha acesso à rede geral de esgoto e que 14,8% tinha seus dejetos lançados diretamente no rio. Todas as habitações possuíam banheiro com vaso sanitário dentro de casa, bem como água encanada, armazenada em caixas d'água com tampa.

<sup>8</sup> Salário mínimo referente a dezembro de 2005, cujo valor era de R\$ 300,00.

Tabela 4 – Componentes do *habitat* familiar das crianças/adolescentes entrevistadas. Viçosa-MG, 2006

<b>Componentes</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>
Tipo de Domicílio		
Casa	46	85,2
Apartamento	8	14,8
Forma de Aquisição da Moradia		
Própria	41	75,9
Cedida	8	14,8
Alugada	5	9,3
Tipo do Telhado		
Laje	28	51,9
Telha de Barro	26	29,6
Laje com Telha	5	9,3
Telha de Amianto	5	9,3
Tipo de Parede		
Bloco com Revestimento	44	81,5
Bloco sem Revestimento	10	18,5
Tipo de Piso		
Cerâmica	35	64,8
Madeira	11	20,4
Cimento	8	14,8
Rede Geral de Esgoto		
Sim	46	85,2
Não	8	14,8
Banheiro		
Com Vaso Sanitário	54	100,0
Água		
Armazenada em caixa d'Água	54	100,0
Tratada	54	100,0
Filtro de Água		
Sim	47	87,0
Não	7	13,0
Destino do Lixo		
Recolhido\Prefeitura	50	92,6
Enterrado	4	7,4
Iluminação		
Elétrica	54	100,0
Ventilação dos Cômodos		
Todos	48	88,9

Quanto à qualidade da água consumida, observou-se que em 87% das casas havia o uso do filtro de água. Nos casos em que não havia filtro, a água consumida era diretamente da torneira.

Quanto ao destino dado ao lixo, na maioria dos casos este era recolhido pela prefeitura, diariamente. Quanto à iluminação, todas as casas faziam uso da luz elétrica.

No que tange ao número de cômodos, houve predomínio de casas com cinco cômodos, e em 88,9% dos casos todos os cômodos possuíam alguma janela que viabilizasse ventilação. Dentre os cômodos que não possuíam ventilação prevaleceram a sala e a cozinha.

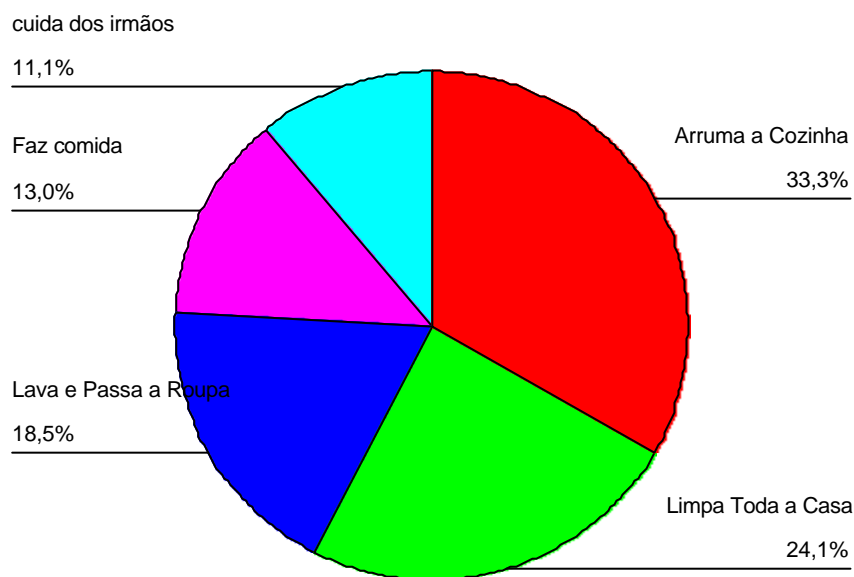
Com relação aos serviços comunitários disponíveis nas comunidades em que as famílias moravam, constatou-se que estavam presentes nas seguintes proporções: em 50,0% dos casos havia postos de saúde, no entanto apenas 25,0% possuíam assistência médica e odontológica; posto policial em 25,0% dos casos; conselhos e entidades não-governamentais, como Pastoral da Criança em 85,0% dos inquiridos; e em todas as comunidades havia o serviço de escolas e creches, transporte e serviço telefônico

### **5.3. Principais atividades desenvolvidas pela criança/adolescente no trabalho doméstico**

Por meio dos depoimentos das crianças entrevistadas, pôde-se constatar que mais da metade das meninas começou a trabalhar em casa na faixa de 6 a 9 anos; quase 30%, ou seja, 16 meninas disseram ter ingressado no trabalho antes dos 6 anos; enquanto 14,8% iniciaram as atividades domésticas após os 9 anos de idade (oito meninas). Todas foram inseridas nas atividades domésticas na própria casa. Este dado está de acordo com o exposto por Vivarta (2003), ao afirmar que, em geral, as meninas pobres são introduzidas no serviço doméstico em torno dos 7 anos, cuidando dos irmãos mais novos e ajudando nas tarefas de casa. A partir daí, segundo o autor do estudo, a passagem para o trabalho doméstico remunerado torna-se um desdobramento natural. De acordo com o IBGE (2006b), havia no Brasil, em 2001, 494 mil crianças e adolescentes no serviço doméstico. Deste total, 92,7% eram mulheres e um terço tinha começado a trabalhar entre os 5 e 10 anos de idade.

No que tange às atividades nas quais as meninas iniciaram no trabalho doméstico familiar, houve o predomínio de varrer e passar pano na casa; lavar e secar a louça; e parte delas informou que começou realizando tarefas mais fáceis, como dobrar roupas, arrumar cama e lavar banheiro.

De acordo com o depoimento das entrevistadas, houve mudanças no serviço realizado desde que iniciaram nessas atividades até os dias atuais. Evidenciou-se, conforme a Figura 7, que as atuais atividades predominantes eram: arrumar a cozinha e limpar toda a casa.



Fonte: Dados da pesquisa. Viçosa-MG, 2006.

Figura 3 – Atividades realizadas pelas crianças/adolescentes. Viçosa-MG, 2006.

A pessoa responsável por transmitir os ensinamentos de como realizar os afazeres domésticos foi, em 63% dos casos, a mãe; seguida por outros parentes (irmã, avó, pai e tia), em 22% dos casos; enquanto 15,0% das entrevistadas afirmaram ter aprendido sozinhas.

Sobre o gosto pelas atividades realizadas, 74,1% das meninas (40 crianças/adolescentes) responderam gostar de trabalhar em casa; 14,8% disseram que algumas vezes era bom (8 meninas); e 11,1% (6 meninas) afirmaram que não gostavam de realizar as tarefas domésticas. Dentre as meninas que não gostavam de realizar o trabalho doméstico, a maioria afirmou

que gostaria de brincar, de assistir à televisão ou de estudar nesse período de realização das atividades.

Dentre as vantagens de trabalhar em casa, apontadas pelas entrevistadas, pôde-se constatar as seguintes: ajudar a mãe e melhorar o relacionamento familiar (27,8%); cuidar da própria casa, deixando-a limpa (25,9%); aprender a trabalhar (20,4%); aprender para trabalhar na casa de outras pessoas (16,7%); além de ser uma maneira de passar o tempo (9,3%). Assim, como neste estudo, a percepção do trabalho realizado em casa como lazer foi apontada por Heilborn (2006), ao afirmar que “o lazer restringe-se ao espaço doméstico para a maioria das crianças e adolescentes provenientes de classes sócio-econômicas menos favorecidas”. Essas crianças não contabilizam essa “ajuda” como uma atividade em si, uma vez que elas ocorrem concomitantemente com o lazer, pois, ao mesmo tempo em que “trabalham”, brincam com os irmãos, assistem à televisão e desenvolvem outras atividades. Além disso, a realização desses afazeres para ajudar à família parece-lhes natural, é algo que está imbricado na cultura familiar, inserido-se em seus valores e servindo como norteador da visão de mundo e das escolhas familiares.

Por outro lado, no que diz respeito às desvantagens pelo exercício do trabalho doméstico foram citadas: o fato de ser cansativo, ser muito serviço e ter a obrigação de fazer (48,1%); a perda de tempo, sem poder brincar, ver televisão (25,9%); não ganhar dinheiro, roupas ou brinquedos (14,9%); além de 11,1% não encontrar na realização do trabalho doméstico nenhuma desvantagem.

Para realização do trabalho doméstico, 66,7% das meninas relataram que recebiam ajuda de alguém no desenvolvimento das tarefas, sendo essa pessoa, na maioria dos casos, a mãe, a irmã e, em menor frequência, o irmão e outros parentes. Assim, pôde-se perceber um predomínio das meninas na realização das atividades, uma vez que apenas em 11,1% dos casos os meninos ajudavam nos afazeres domésticos, causando, assim, revolta às mesmas, o que foi percebido nas suas falas:

*Lá em casa é assim: meu irmão só suja e não quer saber de limpar nada, nem o prato dele ele lava e ninguém fala nada, mas se eu não fizer, o bicho pega... (Q.S., 11 anos).*

*Ele fica na rua o dia inteiro e quando está em casa é vendo televisão, não faz nada (V.M.F, 12 anos).*

Heilborn (1997) considera que todo o relacional familiar exprime-se por meio da divisão do trabalho entre os gêneros, que é, a um só tempo, moral e material, associando o masculino a uma maior exterioridade e ao que é público, às dimensões consubstanciadas na esfera do trabalho; enquanto ao feminino está reservado o domínio privado, a casa e seus domínios, significando que sua ordem e funcionamento são atributos designáveis às mulheres e, por extensão, às meninas. Ou seja, as meninas são socializadas para lidarem, de forma natural, com as tarefas caseiras, isto é, com o cuidado do lar, aprendendo desde cedo que a casa é “coisa de mulher”. Enquanto o trabalho doméstico reveste-se de um conteúdo de obrigação para as meninas, no caso dos meninos aparece de forma eventual, sendo uma ajuda condicionada à vontade deles.

Assim, na visão de Festa e Canela (2002), prevalecem os estereótipos de gênero, que são idéias pré-concebidas que as pessoas têm sobre o que é apropriado para meninos e homens em oposição ao que é adequado para meninas e mulheres.

De acordo com os depoimentos das crianças, pôde-se constatar que o principal motivo para a realização do trabalho doméstico era a própria espontaneidade, ou seja, 51,9% das entrevistadas afirmaram que realizavam as atividades por vontade própria, porque queriam e se sentiam felizes por ajudar em casa; 33,3% relataram que o trabalho era feito por obrigação, uma vez que tinham a responsabilidade pela execução dessas tarefas; e 14,8% informaram que realizavam as atividades por ambas as razões (espontaneamente e por obrigação). Considera-se interessante ressaltar que, ao afirmarem que realizavam as atividades espontaneamente, as meninas relataram que o faziam porque queriam ajudar, uma vez que a mãe trabalhava fora, e se ela não o fizesse a mãe teria que fazê-lo ao retornar cansada do trabalho.

Assim, percebeu-se que havia certa “obrigação” ou “responsabilidade”, mesmo na espontaneidade. Esse tipo de obrigação é ressaltado por Heilborn (1997) quando considera que duas categorias ordenam o universo das relações familiares: “obrigação” e “ajuda”, referindo-se ao caráter simultaneamente “imposto” e “espontâneo” da contribuição infantil para com as unidades familiares. A obrigação envolve os laços e deveres que ligam os membros do grupo doméstico, em coerência com o princípio que a ele subjaz: a reciprocidade, como uma forma de troca engendrada pela inter-qualificação de gênero, idade e papel social dos componentes familiares. Por outro lado, a categoria deve ser compreendida em termos dos contextos situacionais em que é acionada, pois traduz certa gratuidade nas relações familiares reguladas pelo princípio da reciprocidade.

Assim, a ajuda prestada em casa é vista como uma decorrência natural da integração no grupo familiar, não compondo um circuito de trocas, que possa ser monetarizado, mas fazendo parte das dádivas e contra dádivas que a vida familiar encerra. Ou seja, como mostra Heilborn (1997, p. 307):

*o grupo doméstico nas classes populares encerra um ciclo de trocas em que a dívida dos pais em relação aos filhos, em primeiro lugar, a da vida e a do sustento é retribuída pelos filhos em termos de compromisso na ajuda para o funcionamento do grupo como um todo. (HEILBORN, 1997, p. 307).*

Godbout (1999), em seu livro “O espírito da dádiva”, comenta que a família é o lugar básico para a dádiva em qualquer sociedade, uma vez que é no universo das relações pessoais que reina a chamada economia da dádiva, que faz circular afeição, amor e segurança, criando, ao mesmo tempo, um sentimento de obrigação e pressupondo reciprocidade e confiança.

No caso da criança trabalhadora há uma renúncia voluntária do prazer de brincar para benefício e bem-estar da mãe, uma vez que ela se sente em dívida com os pais, especialmente com a mãe. Esse tipo de relação implica, como comenta Marcel Mauss, *apud* Godbout (1999), em seu *Essai sur le don*, uma obrigação com liberdade, na qual estão presentes tanto a dívida como o retorno, mas sem autoridade e cálculo racional, numa história entre pessoas.

Assim, como destaca Heilborn (1997, p. 305): “os valores associados à dívida de reciprocidade para com a família podem explicar o porquê da aceitação do trabalho como algo ao qual as crianças se sentem levadas a encarar com naturalidade”.

Esse resultado demonstra que o sentimento atribuído ao trabalho infantil doméstico é diverso, sendo revestido de valores culturais, como aponta Vivarta (2003), ao afirmar que um dos motivos para a inserção da criança no mercado de trabalho é o sistema de valores e de tradição da nossa sociedade. Considera-se que os padrões culturais e comportamentais estabelecidos na nossa sociedade, especialmente nas classes populares, levam à construção de uma visão positiva em relação ao trabalho de crianças e adolescentes. O trabalho precoce é valorizado como um espaço de socialização, onde as crianças estariam protegidas do ócio, da permanência nas ruas e da marginalidade. Além disso, existe a visão de que o trabalho engrandece e muitas crianças sentem-se seduzidas a trabalhar desde cedo, a fim de ganhar o próprio dinheiro, de ser reconhecida pelo grupo, possuir independência em relação à família e maior acesso a bens de consumo.

Com relação ao cansaço gerado pelo trabalho, 25,9% das meninas afirmaram que as atividades desenvolvidas deixavam-nas cansadas para estudar e brincar, uma vez que consideravam que o trabalho era pesado e eram muitas atividades, sentindo-se obrigadas e desanimadas pela jornada iniciada bem cedo, como relatado a seguir:

*Minha mãe acorda às 5 horas, então eu me levanto e vou preparar a mamadeira e o banho dela (referindo-se à irmã de 6 meses), aí, quando ele também acorda (irmão de 3 anos) acabou meu sossego porque ele chora porque também quer tomar banho e ver o Sítio (do Picapau Amarelo), então tenho que cuidar dos dois. (M.S.B., 9 anos).*

Quando se trata de recompensas recebidas pelo trabalho realizado, 50,0% das respondentes afirmaram que recebiam alguma recompensa, tipificada em: dinheiro (22,2%); roupas e calçados e o carinho da família (18,5%); e alimentos (9,3%).

Ao serem indagadas sobre o valor do trabalho realizado, ou seja, quanto a criança/adolescente achava que deveria ganhar pelas atividades que

realizava, 53,7% consideraram que esse valor deveria ser, em média, R\$ 27,00 mensais, 27,8% acreditavam que não deveria ganhar nada e 18,5% não soube responder. Assim, mesmo que o trabalho doméstico não seja monetarizado foi dado um valor a ele, advindo da representação social a respeito de sua habilidade em lidar com o dinheiro e do entendimento e da percepção que a criança tinha sobre esse assunto. Com relação ao destino dessa renda, 48,1% afirmou que compraria coisas para si mesmas, 31,5% compraria lanche na escola, 13% iria guardar e 7,4% não soube responder.

Dessa forma, percebeu-se, como já constatado por Heilborn (2006), que o trabalho dos filhos está inserido no sistema relacional de troca, ajuda e retribuição que a família estimula e deseja.

#### **5.4. Representações sociais da criança acerca da categoria trabalho**

Com relação às representações sociais acerca da categoria trabalho, procurou-se dimensionar as percepções das crianças/adolescentes sobre as diferentes conceituações de trabalho, sendo elas: trabalho, trabalho doméstico, trabalho solidário e trabalho explorador.

Quando foram indagadas sobre o que significava trabalho, metade das meninas, ou seja, 27 crianças/adolescentes consideraram que era algo bom e importante na vida das pessoas, além de ser uma forma de ajudar e de aprender; 29,6% entendiam tal categoria como uma maneira de ganhar dinheiro, o que ressalta o valor econômico do trabalho. Por outro lado, 11,1% das respondentes afirmaram que era algo pesado, que exigia esforço, devendo ser feito por adulto, enquanto 9,3% não souberam responder.

Percebeu-se que a representação da criança acerca do trabalho foi centrada em dois posicionamentos: vista como troca, pelo seu valor utilitário, ou como uma forma de ajuda e aprendizagem.

Com relação ao trabalho doméstico, as concepções das meninas foram: 33,3% (18 meninas) consideraram que era uma maneira de ajudar a família e manter a casa limpa; 22,2% (12 meninas) entendiam o trabalho doméstico como uma forma de cuidar da casa das pessoas; 25,9% (14 meninas) percebiam como algo importante, embora afirmassem que tinha o lado ruim; 14,8% (pito meninas) afirmaram que era algo cansativo e pesado, que não

dava retorno financeiro e, ainda, que explorava; enquanto 3,7% (duas meninas) não souberam responder.

A representação das crianças sobre o trabalho doméstico demonstrou o repasse de valores que está segmentado na sociedade de que o mesmo é visto como uma ajuda, sem valor econômico. Era percebido, pela maioria, como uma maneira de ajudar a família ou como uma forma de cuidar da casa das pessoas.

Como comenta Godbout (1999), transmite-se à criança uma mensagem que define os valores que contam, estando os vínculos afetivos subordinados aos vínculos utilitários. Ou seja, os valores monetários estão imersos no valor do vínculo, entrando em consideração, eventualmente, o valor de mercado; freqüentemente, o valor de uso; e sempre, o valor do vínculo que deve ser pautado na liberdade, gratuidade e espontaneidade.

Segundo o autor:

*quanto mais o vínculo for de “qualidade” mais ele permitirá afastar-se da equivalência quantitativa e da reciprocidade imediata que caracterizam a troca mercantil; e mais o ato será unilateral, ou pelo menos percebido como tal, por causa da duração do ciclo em que se insere, de sua extensão temporal (GODBOUT, 1999, p. 94).*

Assim, pode existir a perda desses vínculos, uma vez que o perigo da dívida reside no peso da obrigação que pode se transformar em imposição. Esta é a situação reportada pelas oito crianças que consideravam o trabalho doméstico como explorador. Pôde-se perceber que elas estavam distribuídas em todas as faixas etárias, cursando entre a 1ª e a 7ª série, devendo-se ressaltar que metade delas já havia repetido uma ou mais séries escolares e eram responsáveis por um número mais elevado de atividades, como: limpar a casa, lavar roupa, fazer comida e cuidar de irmãos menores; e limpar toda a casa; e limpar a casa e cuidar de irmãos menores. Além disso, elas pertenciam a um sistema familiar tanto nuclear como monoparental. Mais da metade dos pais estava ocupada, predominantemente, em serviços gerais (capoteiro, pintor, marceneiro e pedreiro), enquanto as mães estavam vinculadas aos serviços domésticos na casa de outras pessoas e em serviços gerais, especificamente em creche e no comércio.

Considerando a pressuposição de que o trabalho infantil poderia ser tanto explorador como solidário, procurou-se identificar junto às crianças qual era a sua percepção sobre essas categorias analíticas.

Quanto ao trabalho solidário, 55,6% (30 crianças/adolescentes) relacionaram essa categoria à ajuda por livre e espontânea vontade; 25,9% (14 crianças/adolescentes) entenderam como algo bom, que não explora; e 18,5% (10 crianças/adolescentes) não souberam dizer do que tratava o assunto.

*Eu ajudo minha mãe e gosto porque passa o tempo e ela descansa e aí eu aprendo, quando eu for trabalhar na casa de alguém já sei fazer. (J.S., 11 anos).*

*Ajudo porque quero e gosto de cuidar da casa, é tão bom quando fica tudo limpinho (...) minha mãe fica feliz e eu também (N.L.F., 12 anos).*

*Ajudar a mãe é bom porque não cansa a gente, nem ela. Mas se eu não faço, ela não me bate. Antes ela fazia tudo sozinha, mas agora já sei fazer (E.O.S., 8 anos).*

No que tange ao trabalho explorador, 70,4% das crianças, ou seja, 38 meninas relacionaram essa categoria com algo ruim, que obriga o outro a fazer o que não quer. Além disso, 18,5% associaram o trabalho explorador a algo cansativo, pesado e repetitivo, enquanto 11% não foram capazes de responder sobre o tema.

*O trabalho de casa cansa e a gente não ganha dinheiro em troca, tem que fazer muita coisa (...) eu não gosto, mas tenho que fazer. (M.P.J, 9 anos).*

*É trabalho pesado, eu não agüento torcer a roupa, mas se eu não faço, quem vai fazer? (J.L.O., 13 anos).*

Percebeu-se que a representação da criança/adolescente acerca do trabalho solidário e explorador oscilou entre a “vontade espontânea” e a “imposição”, caracterizando um “esquema de troca” entre a vontade da criança em ajudar, a necessidade da família, as relações de gênero e o reconhecimento do grupo familiar.

Considerando-se todas as representações, pode-se dizer que, na percepção da maioria das crianças entrevistadas, o trabalho doméstico era visto como solidário.

## **5.5. Implicações do trabalho doméstico sobre o cotidiano infantil**

Para análise das implicações do trabalho doméstico, procurou-se, inicialmente, ter um relato sobre o dia-a-dia da criança/adolescente (cotidiano), a fim de examinar os seguintes aspectos: desempenho escolar, desempenho físico e o desempenho psicoafetivo.

### **5.5.1. O dia-a-dia das crianças/adolescentes entrevistadas**

Pôde-se constatar que o cotidiano dessas meninas era basicamente distribuído da seguinte forma: as que estudavam no período matutino, acordavam, se aprontavam e iam para a escola. Parte delas (25,0%), antes de sair de casa, preparava e dava o café da manhã aos irmãos menores que ficavam no domicílio. Ao retornar da escola, em torno de 45,0% das entrevistadas, preparava o almoço (para si e para os irmãos) e mandava os irmãos para a escola; em seguida limpava a casa, arrumava a cozinha e realizava os outros afazeres que lhe eram destinados. Ao terminar suas tarefas domésticas, fazia os deveres escolares, assistia à televisão e, ou, ia à casa de algum parente. Nesse período, também brincava com os amigos. Quando os irmãos retornavam da escola, essas meninas davam-lhes lanche e esperavam pelo retorno dos pais do serviço. À noite jantavam, assistiam a novelas, arrumavam a cozinha e iam dormir.

Por outro lado, o cotidiano daquelas meninas que estudavam no período vespertino diferia das que estudavam no período matutino apenas pelo fato de que elas ficavam em casa na parte da manhã, cuidando da casa e dos irmãos menores. Realizavam suas tarefas escolares ao retornarem da escola e, em seguida, brincavam, assistiam à televisão e esperavam que os responsáveis voltassem para casa. Parte delas preparava o jantar, arrumava a cozinha, assistia às novelas e ia dormir. Além disso, foi relatado por todas as meninas que tinham irmãos sob sua responsabilidade que, ao realizarem suas atividades e brincadeiras, eles estavam sempre por perto, o que lhes permitia trabalhar e brincar, ao mesmo tempo.

Como salienta Heilborn (2006), o tempo usualmente reconhecido pelas crianças quando consideram o seu próprio cotidiano é aquele dedicado às

atividades escolares (normalmente 4 horas). A utilização do tempo nas atividades domésticas é mais difícil de ser mensurada, porque essas podem ocorrer conjuntamente com o próprio lazer. Assim, as meninas podem brincar, conversar e ver televisão, enquanto vigiam seus irmãos menores.

Sobre a rotina doméstica, todas as crianças afirmaram que ocorreram modificações na sua vida após o ingresso no trabalho doméstico familiar, destacando-se, em 50% dos casos, melhoria no relacionamento familiar, uma vez que os responsáveis tornaram-se mais “legais” e carinhosos depois que começaram a ajudar em casa (ver falas abaixo); 25,9% das meninas disseram ter aprendido a fazer mais coisas e passaram a trabalhar mais; e 24,1% relataram que, desde que começaram a trabalhar em casa, têm se sentido mais cansadas.

*- Minha mãe ficou mais legal comigo, ela ficou feliz porque eu passei a ajudar em casa e ela não tem mais que fazer o serviço quando chega cansada do trabalho... (P.P. M., 10 anos).*

*- Meu pai parou de brigar porque agora a casa fica arrumada e a louça não fica suja na pia (Y.M.F., 9 anos).*

Quando foram perguntadas se a ocupação tinha sofrido modificações com o passar do tempo, 88,9% afirmaram que sim, existindo um consenso entre as meninas de que o trabalho havia aumentado, uma vez que passaram a desenvolver outras atividades, além das que já realizavam anteriormente.

*Antes eu só arrumava a cama e varria o chão, agora faço de tudo, até a comida sou eu que arrumo para os meus irmãos (...) minha mãe tem que trabalhar e eu tenho que ajudar. (L.A., 12 anos).*

### **5.5.2. Implicações do trabalho doméstico sobre o desempenho escolar das crianças/adolescentes entrevistadas**

No desempenho escolar, percebeu-se que 40,7% das meninas entrevistadas já haviam repetido alguma série, ou seja, 22 crianças/adolescentes. Destas, 20,4% afirmaram que a recuperação tinha sido

fácil; 14,8% consideraram que a recuperação foi difícil; e 5,6% disseram ainda estar em processo de recuperação. Quando perguntadas sobre a matéria escolar que mais gostava, 29,5% afirmaram ser Educação Física; 18,5% disseram que era Português, Matemática e Inglês; enquanto 14,8% optaram por Geografia/Ciências/História.

Em relação à matéria em que sentiam maior dificuldade, os resultados foram: Matemática (51,9%), Geografia/Ciências/História (25,9%), Português (14,8%) e Inglês (7,4%).

Quando tinham alguma dúvida em alguma tarefa escolar, a pessoa que as auxiliava era, em 31,5% dos casos, algum parente; um não-parente (31,5%); a mãe (22,2%); e 14,8% afirmaram não receber ajuda de ninguém.

Na percepção das meninas, a relação entre trabalho e estudos mostrou-se não-equilibrada apenas para 11,1% das entrevistadas, que consideraram que o trabalho realizado atrapalhava os estudos, alegando que tinham que fazer as coisas e estudar ao mesmo tempo. Para 88,9% das meninas, ou seja, 44 crianças, no entanto, o trabalho não causava nenhum dano aos estudos.

*O trabalho não me atrapalha, pois eu faço e depois estudo, se não der tempo, deixo de fazer. (M.M.P., 10 anos).*

*Tenho que fazer muita coisa, aí na hora que termino já tá na hora de ir para a escola. (J.L.O, 13 anos).*

No que se refere à relação entre o aspecto cognitivo e a participação familiar no processo de aprendizagem da criança/adolescente, procurou-se, por meio dos depoimentos das professoras das meninas entrevistadas, focar as seguintes questões: qual era a opinião do professor sobre o aspecto cognitivo (aprendizado) e as motivações da criança na escola; como o professor avaliava o ajustamento da criança à escola (com colegas, coordenação e diretoria); como o relacionamento familiar havia influenciado, na opinião do professor, o processo de adaptação e comportamento da criança na escola; e qual era o nível de participação e o envolvimento dos pais no que se referia ao processo de aprendizagem da criança e seu desempenho escolar.

Quanto aos aspectos cognitivos e às motivações da criança na escola, chegou-se aos seguintes resultados: 38,9% das meninas apresentavam grande interesse nas atividades e bom relacionamento com todos os colegas, sendo

apontadas pelas professoras como excelentes alunas, tanto por serem bem comportadas, quanto por serem esforçadas e apresentarem bom rendimento escolar; 46,3% apresentavam graves problemas disciplinares e de aprendizagem, incluindo desrespeito ao professor e aos colegas, agressividade e provocações, pouco interesse pelas atividades escolares, alto nível de dispersão e dificuldades em obedecer a limites, além de problemas com assiduidade e frequência escolar; e, em 14,8% dos casos, os professores não souberam responder.

Associando a situação referente aos problemas de aprendizagem com o tipo de família e as condições de trabalho doméstico realizado, constatou-se que essas meninas eram, na maioria dos casos, oriundas de famílias monoparentais, cujas mães trabalhavam fora de casa, e que possuíam, em média, dois irmãos. No que tange às suas relações de trabalho, eram responsáveis pelo cuidado de irmãos mais novos, além de cuidarem de toda a casa, arrumarem a cozinha e esquentarem ou fazerem a comida. Além disso, essas meninas já haviam repetido alguma série escolar, em 65% dos casos, embora participassem de grupos de reforços escolares, catecismo, grupos de dança e das sopas comunitárias.

No que se refere ao ajustamento da criança/adolescente à escola (convivência com colegas, coordenação, diretoria), as professoras indicaram que mais de 44,3% das meninas tinham um bom relacionamento com todos, o que as tornavam bem aceitas no grupo. Pôde-se constatar que as meninas com maior facilidade de ajustamento à escola eram aquelas provenientes de famílias nucleares, cujas mães trabalhavam fora de casa, em 70,5% dos casos; possuíam, em sua maioria, irmãos mais velhos, sendo responsáveis pelo cuidado da casa e da cozinha; e tinham, no entanto, algum irmão para ajudá-la em tais afazeres.

Os dados mostraram ainda que 40,1% das meninas entrevistadas, ou seja, 22 meninas, foram consideradas indisciplinadas, com dificuldade em obedecer a limites, mostrando-se “rebeldes” e agressivas com os colegas ou interagindo apenas com um pequeno grupo de colegas. A professora não soube responder sobre o assunto, em 14,8% dos casos. O perfil das meninas consideradas indisciplinadas e rebeldes mostrou que elas vinham de famílias monoparentais, cujas mães trabalhavam fora do lar; realizavam atividades

inerentes ao cuidado da casa e dos irmãos; e participavam de grupos de estudos e sopas comunitárias.

Quando se tratou da relação entre o processo de adaptação da criança e o relacionamento familiar, constatou-se que em 48,1% dos casos, ou seja, para 26 crianças/adolescentes, faltava acompanhamento familiar, pois, segundo as professoras, os pais não se preocupavam com a frequência, o comportamento e o ajustamento da criança à escola, participando, na maioria dos casos, apenas quando solicitadas a comparecerem à escola. No caso de 35,2% das meninas, a família se mostrava interessada e participava ativamente de reuniões, comparecendo à escola para tirar dúvidas, cobrando resultados positivos das professoras e da filha, enquanto em 16,7% dos casos as professoras não souberam opinar.

Os dados mostraram, ainda, que as meninas cujas famílias não estavam interessadas na relação criança/escola eram do tipo monoparental, cujos responsáveis possuíam, na maioria dos casos, o ensino fundamental completo ou incompleto (1ª a 4ª série), e o número de filhos, em média, era 3,0, sendo essas crianças responsáveis tanto pelo cuidado dos irmãos mais novos como pela arrumação de toda casa e cozinha.

No caso do nível de participação e envolvimento familiar, no que se referia ao processo de aprendizagem da criança e seu desempenho escolar, os resultados mostraram que 22,2% dos responsáveis participavam de reuniões ou compareciam à escola somente quando eram solicitados; 20,4% eram muito presentes na escola, sempre participando, procurando a professora e exigindo uma contrapartida da criança; 20,4% eram, na opinião das professoras, pouco participativos, deixando, muitas vezes, de comparecer às reuniões ou solicitações da escola; 11,1% dos pais se mostravam resistentes às normas escolares, no que dizia respeito a horários, datas de reuniões e comportamento dos filhos; 5,6% eram muito solicitados na escola, embora não conseguissem resolver os problemas de comportamento e de ajustamento da criança à escola; e em 20,4% dos casos os professores não souberam opinar.

Analisando o perfil da família e das crianças cujos pais eram resistentes às normas escolares ou pouco participativos, percebeu-se que a maioria das famílias era monoparental; os responsáveis tinham entre 1 e 4 anos de estudo; trabalhavam fora de casa; possuíam filhos menores que o entrevistado; e a

criança entrevistada era responsável pelo cuidado da casa (68,4%) e de irmãos menores (33,3%).

### **5.5.3. Implicações do trabalho doméstico sobre o desempenho físico das crianças/adolescentes entrevistadas**

No que diz respeito ao desempenho físico, procurou-se ressaltar se o desenvolvimento da atividade doméstica era superior à capacidade ou maturidade da criança. Inicialmente, ao analisar a periculosidade do trabalho realizado, pôde-se constatar que 81,5% das meninas consideraram que o trabalho realizado não oferecia riscos e 18,5% consentiam que ele era perigoso, principalmente pelo fato de terem que usar o fogão, correndo o risco de serem queimadas.

*Uma vez, fui esquentar comida porque minha mãe trabalha fora o dia todo, então acabei colocando fogo na casa e queimei a barriga quando a panela caiu, aí as pessoas da rua vieram apagar o fogo... (Q. D. P., 10 anos).*

Ao serem perguntadas se o trabalho era pesado para sua idade, 74,1% afirmaram que não, ou seja, uma menor proporção considerava que as atividades que realizava eram incompatíveis com sua idade, pois tinha que fazer muitas tarefas.

Dentre as meninas entrevistadas, metade relatou já ter sofrido algum acidente, enquanto realizava as atividades. Os principais acidentes apontados foram: cortes (24,0%), queimaduras (16,7%) e tombos (9,3%).

De acordo com Festa e Canela (2003), por causa das diferenças físicas, biológicas e anatômicas das crianças, quando comparadas aos adultos, elas são menos tolerantes ao calor, ao barulho, a produtos químicos, a radiações etc.; isto é, menos tolerantes a ocupações perigosas, que podem trazer problemas de saúde e danos irreversíveis. Além disso, conforme alertam os pesquisadores, os locais de trabalho, equipamentos, móveis e utensílios não são projetados para a utilização por crianças, o que acaba provocando problemas ergonômicos, fadiga e maior risco de acidentes.

Com relação a doenças, constatou-se que 25,9% já haviam sofrido alguma dor ou doença decorrente do trabalho realizado, dentre elas: dores no corpo; dor de cabeça, febre e dor de garganta e alergias. No caso de punições e castigos, 72,2% afirmaram não ter passado por nenhuma dessas situações, enquanto as informantes restantes (27,8%) relataram que já haviam apanhado ou ficado de castigo por não terem feito ou não terem querido fazer algum serviço.

#### ***5.5.4. Implicações do trabalho doméstico sobre o desempenho psicoafetivo das crianças/adolescentes entrevistadas***

Na análise do desempenho psicoafetivo foram considerados tanto os aspectos emocionais como indicativos de estresse.

Na análise dos aspectos emocionais, em termos de comunicação, confiança e coerência, pôde-se perceber que, para as meninas entrevistadas, a família é uma entidade muito positiva. Assim, quando indagadas sobre o seu valor, 85,2% informaram que é algo muito bom e importante para ela, chegando a representar tudo na vida; e 14,8% consideraram-na como as pessoas de quem ela gostava. Outro grupo valorizado pelas meninas era o dos amigos, considerados como muito importantes (92,6%); enquanto as restantes consideravam que não os possuíam.

Com relação à casa em que moravam, os valores dados foram: para 74,1% a casa representava o lar e a segurança, algo muito importante; para 18,5%, era uma vitória e a realização de um sonho da família. Apenas 7,4% (quatro meninas) informaram que gostariam de ter outra, por não estarem satisfeitas com a casa em que a família morava.

A escola também foi um aspecto visto de forma positiva pelas entrevistadas, uma vez a maioria (96,3%) afirmou que era um local de aprendizado e ensino, sendo, por isso, muito importante. Apenas 3,7% (duas meninas) relataram que não gostavam da escola.

Quanto à percepção acerca dos pais, 18,5% das entrevistadas, ou seja, dez meninas, afirmaram que gostariam que eles fossem diferentes, alegando, principalmente, que gostariam que o pai tivesse outro emprego e que estivesse mais presente em casa. Quanto à mãe, apenas 7,4% (quatro meninas)

afirmaram que gostariam que ela fosse diferente, principalmente no aspecto de ser brava, pois queriam que ela as deixasse sair de casa, com mais frequência.

*Não posso ir nem na esquina que minha mãe já briga, nem com outra pessoa ela me deixa sair. (D.M.P, 15 anos).*

Esse dado encontrado está de acordo com estudos que comprovam que os meninos, comparativamente com as meninas, gozam de mais liberdade, derivada da construção social acerca da masculinidade. Enquanto eles têm acesso a um tempo de lazer, que ocorre fora das vistas dos parentes, as meninas e as adolescentes são objetos de restrição no que se refere aos locais que podem frequentar e ao tempo que podem ficar na rua (HEILBORN, 2006). Assim, na visão da autora, o trabalho fora de casa, para as meninas, pode surgir como uma oportunidade de “fugir” da monotonia do lar e controle familiar.

Outro aspecto analisado com relação aos pais diz respeito aos seus pontos positivos, tendo sido constatado que o que mais gostavam na mãe era o seu “jeito carinhoso e legal de ser”, e para 13,0% a característica mais importante era o fato de a mãe ser trabalhadora. Nos pais, 74,1% gostavam de jeito deles; tendo sido ressaltado por 18,5% das entrevistadas que a principal virtude do pai era ele ser trabalhador; enquanto 7,4% informaram que o que mais gostavam no pai era que ele lhes dava tudo o que queriam. Quando perguntadas sobre o que mais gostavam na família como um todo, as respostas foram: a união entre os membros (38,6%), tudo (26,0%), os irmãos (18,6%) e 16,8% não souberam responder.

Quando indagadas sobre o respeito existente no grupo familiar, 92,6% afirmaram que acreditavam que os membros se respeitavam e 7,4% sentiam que não havia respeito, principalmente por causa de brigas e discussões ocorridas em casa. Com relação ao orgulho do grupo familiar, 90,7% afirmaram que tinham orgulho de pertencer àquela família.

Nesse sentido, a família era percebida como a instituição com a qual a criança se identifica, obedece a regras e através da qual se insere em outros grupos. É também uma unidade afetiva, onde é dedicada à criança atenção, cuidado e amor por parte dos pais e irmãos.

Outro fator da comunicação analisado pela pesquisa diz respeito às oportunidades de diálogo, em termos do trabalho, estudo e lazer. Com relação ao diálogo sobre o trabalho realizado, percebeu-se que 57,4% das meninas conversavam com alguém sobre o trabalho realizado em casa, sendo esta pessoa, em 24,1% dos casos, a mãe; outros parentes (18,5%) e não-parentes (14,8%). As conversas sobre os estudos foram registradas em 77,8% dos casos, da seguinte forma: 37,0% conversavam sobre notas, provas e professores; 34,2% conversavam sobre os trabalhos escolares e deveres; e 6,6% conversavam sobre comportamento. As pessoas com quem essas conversas ocorriam, toda semana, eram: parentes (37%), a mãe (33,3%), a irmã (18,6%) e os colegas (11,1%). Com relação ao lazer, 72,2% informaram que conversavam com alguém sobre as brincadeiras que faziam. Essa conversa, que ocorria todos os dias (40,7%) e toda semana (31,5%), geralmente acontecia com os amigos (37%), com os irmãos (22,2%) e com outros parentes (13%).

Destacaram-se como atividades individuais de lazer: brincar e assistir à televisão, além de estudar e sair de casa. No lazer na escola prevaleceram, principalmente, as brincadeiras, seguidas pela conversação com os amigos. Quanto ao lazer em conjunto com a família, as atividades eram: brincar, passear e conversar, existindo apenas 7,4% (quatro meninas) que afirmaram não existir lazer junto à família. De forma coletiva, ou seja, junto com vizinhos e amigos, 72,2% informaram que conversavam e brincavam; 14,8% disseram que saíam e 13% afirmaram não ter convívio com outras pessoas que não a própria família.

Além desses aspectos do dia-a-dia, procurou-se identificar junto à criança sua reação e seu comportamento diante das situações problemáticas. Constatou-se que quando enfrentavam algum problema pessoal, 51,9% informaram que conversavam com a mãe, 14,8% com outros parentes, 11,1% com outras pessoas e 22,2% relataram que preferiam se isolar e tentar resolver sozinha, como pode ser observado seguinte fala:

*Eu sou muito solitária, não gosto de falar dos meus problemas.*  
(P.M.R., 13 anos).

Quanto à adaptação aos problemas, pôde-se observar que 94,4% consideravam que a família via seus problemas de forma positiva, ou seja, tentava resolvê-los, sem jamais desistir.

Os principais pontos de discórdia existentes eram: brigas de uns membros com os outros por causa de diversos motivos (televisão, tempo de duração do banho e fofocas), em 27,8% dos casos; para 14,8% dos entrevistados a discórdia era derivada dos vícios de algum membro, como também pela falta de dinheiro para pagar as contas (9,3%) e por ninguém querer fazer o serviço doméstico (7,4%); 11,1% não souberam responder; enquanto 29,6% informaram não haver brigas em sua casa.

O trabalho realizado pelas meninas já havia causado brigas e conflitos, em 24,1% dos lares. Esses conflitos eram, em todos os casos, brigas por não quererem fazer o trabalho sozinhas ou por algum membro querer obrigá-las a fazer (responsável). A metade das meninas afirmou que se não realizasse o trabalho a mãe teria que fazer após chegar cansada do serviço, 25,9% acreditavam que ficaria sem fazer, 16,7% afirmaram que outra pessoa da família teria que fazer e 7,4% confirmaram que teriam que fazer de qualquer jeito.

No que se referiu aos aspectos psicológicos, dimensionados pelo nível de estresse, os dados mostraram que 68,5% das entrevistadas atingiram um nível considerado normal (21-41 pontos), enquanto 31,5% estavam em um nível de alerta de estresse (42-62 pontos). Os itens de maior incidência para esse nível de alerta de estresse foram o fato de 82,0% das meninas terem algum tique nervoso (balançar pernas, estalar dedos, roer as unhas), como também, por freqüentemente brigarem e discutirem com pessoas da família (75,0%), conforme demonstrado na Tabela 5.

Cruzando-se os dados, pôde-se perceber que o perfil das meninas que apresentaram um nível mais intenso de alerta de estresse (17 meninas) abrangia todas as faixas etárias (7 a 15 anos), que elas estavam cursando entre a 1ª e a 7ª série escolar e que, dessas, 58,8% já haviam repetido alguma série escolar. O tipo de família a que pertenciam era, na maioria dos casos, a nuclear, seguida pela monoparental, sendo o número médio de filhos nessas unidades domésticas equivalente a 3,0. A principal ocupação das mães era o trabalho doméstico na casa de outras pessoas, enquanto a dos pais era no

Tabela 5 - Itens de maior incidência no nível de estresse de crianças/adolescentes. Viçosa-MG, 2006

Variáveis	%
Tinha algum tique nervoso	82,0
Costumava brigar/discutir com pessoas da família	75,0
Sentia-se triste	73,5
Ficava sem vontade de se alimentar ou comia muito	70,6
Costumava se sentir cansado fisicamente	64,8
Sentia dores de cabeça	64,8
Costumava se sentir agressiva com coisas e pessoas	61,7
Sentia-se desanimada com a vida	61,7
Sentia vontade de chorar, sair correndo ou se esconder	61,7

Fonte: dados da pesquisa. Viçosa-MG, 2006.

setor de serviços (pedreiro, jardineiro, pintor, entregador). Com relação às atividades realizadas, 53% das crianças/adolescentes eram incumbidas de “fazer tudo” (fazer a comida, lavar a roupa, arrumar a casa e a cozinha) e 23,5% limpavam a casa, cuidavam dos irmãos e arrumavam a cozinha.

## 5.6. História de vida de uma subamostra de meninas

Para ter uma visão mais aprofundada das implicações do trabalho doméstico sobre a trajetória de vida das entrevistadas, foram selecionadas as seis meninas que estavam em um nível mais intenso de alerta de estresse.

Em função desses relatos, pôde-se perceber que todas as entrevistadas, componentes dessa subamostra, afirmaram que ao nascerem suas respectivas mães já trabalhavam fora de casa, com o intuito de manter e, ou, complementar a renda familiar mensal. Considera-se interessante ressaltar que metade dessas meninas era proveniente de famílias monoparentais, chefiadas pelas mães, e possuía irmãos menores. A ocupação que a mãe exercia era a de doméstica (mensalista ou faxineira).

*Minha mãe sempre trabalhou na casa dos outros pra ganhar dinheiro (...) (hoje) ela trabalha na rua, na casa de estudante. É ela quem compra tudo lá em casa. (P.V, 9 anos).*

*Desde pequena minha mãe trabalha fora, ela faz de tudo, lava, passa, faz comida e tem dois empregos. Não tem tempo pra nada, coitada, mas é ela quem cuida de nós. (J.L.O., 13 anos).*

*Minha mãe cuida da casa e do bar e trabalha dando faxina na rua, antes do meu pai morrer já era assim. Aí ajudo ela e olho meu irmão. (E.L.M., 10 anos)*

*Minha mãe e meu pai trabalham fora o dia todo. Eu sou a mais velha e tenho que cuidar dos meus irmãos, se não olhar eles, falta as coisas em casa. (A.M.O., 10 anos)*

Sobre a relação mãe/filhos, Heilborn (2006) relatou que “os filhos são de responsabilidade das mães, cabendo aos pais o papel de provedor”. Estudos comprovaram que à figura materna estão correlacionados altos índices de co-residência e convivência e menores índices de contribuição financeira. No entanto, nessa subamostra analisada percebeu-se que à mãe estavam designadas as tarefas de convivência, co-habitação e a de provedora do lar, sendo o vínculo entre mãe e filhos central em todos os tipos de família.

Por meio da fala das crianças sobre o trabalho realizado pela mãe, pôde-se perceber que a representação delas para esta categoria é de um sentimento de naturalização e reprodução do exemplo familiar. Assim, constata-se que essa representação está de acordo com o exposto por Gomes da Costa (1994), ao afirmar que o trabalho doméstico, além de ser naturalizado como feminino, é visto como algo bom ao preparar a menina para o futuro.

Percebeu-se, também, que quando pequenas as pessoas responsáveis pelo cuidado dessas crianças eram as avós, outros parentes, vizinhos e a própria mãe e o pai. Maior parte delas dizia se recordar que havia freqüentado creches desde pequenas.

*Minha mãe e meu pai tomavam conta de mim, depois ele morreu, aí minha irmã ficava comigo e com meus irmãos porque minha mãe tinha que trabalhar para nos sustentar. (D.L.P., 11 anos).*

*Era minha avó quem cuidava de mim quando eu era bebê. Ela me levava para passear e fazia minha comida. Quando minha mãe ia (para o trabalho) me deixava na casa dela e me pegava à tarde. Com meus irmãos também era assim. (...) quando fui crescendo passei a ficar com eles e cuidar da casa. (J. L. O., 13 anos).*

*Minha vó me olhava quando eu era pequena, ela ainda me ajuda com meus irmãos porque a casa dela é perto da nossa. Ela me mimava muito e era muito bom. (A.M.O., 10 anos).*

*Eu ia pra creche desde pequena, minha mãe levava meus irmãos e eu também ia. As tias eram legais e tinha muitos brinquedos lá, eu gostava. (E.L.M., 10 anos).*

*Minha irmã cuidava da casa e de mim, ela era mais velha e fazia tudo, quando cresci passei a dividir com ela (...) hoje eu também cuido do meu irmão (mais novo). (P.V., 9 nos).*

Por meio dos relatos, percebeu-se que as famílias sempre buscaram alternativas para cuidar de seus filhos, seja através da contribuição das avós, dos vizinhos, dos filhos mais velhos ou de creches.

A circulação<sup>9</sup> de crianças, segundo Fonseca, *apud* Heilborn (2006), é uma estratégia adotada pelas famílias, a fim de resolver conflitos familiares e assegurar o cuidado à criança. Além disso, outra possibilidade vislumbrada pelas famílias para cuidar de seus filhos é colocá-los na creche que, de acordo com Gayotto (1992), é um grupo social responsável pela continuidade da construção da identidade da criança, sendo a relação família-creche um dos pontos de maior importância para o desenvolvimento e bem-estar da criança.

As entrevistadas relataram, ainda, que iniciaram no serviço doméstico na própria casa, para ajudar a mãe, e constataram que, conforme foram crescendo, a responsabilidade foi aumentado, uma vez que começaram realizando “atividades leves” e assumiram o cuidado da casa e dos irmãos mais novos, pois as mães saíam para trabalhar pela manhã, retornando ao anoitecer.

*Quando eu era pequena era a vizinha quem tomava conta de mim e dos meus irmãos (ela tem 3), pois minha mãe sempre trabalhou fora de casa. Depois que fui crescendo e a vizinha começou a trabalhar, comecei a cuidar da casa e dos meus irmãos porque minha mãe não podia pagar uma pessoa para cuidar de nós. (N.T.P., 9 anos).*

*Comecei a ajudar em casa com 7 anos, antes lavava vasilha e arrumava cama, depois passei a limpar banheiro e a fazer compra. Agora lavo roupa, faço comida, ajudo no bar (que a mãe tem), ..., vendo pinga, cerveja, pirulito, refrigerante, chup-chup e doce; além disso cuido do meu irmão. (E.L.M., 10 anos).*

---

<sup>9</sup> Circulação é um termo utilizado para designar a prática, bastante difundida em grupos populares de “dar” crianças para serem cuidadas/criadas por outros parentes ou pessoas que interagem a rede de relações de vizinhança e compadrio (HEILBORN, 2006).

*Eu ajudava a lavar a louça e passar pano no chão, aí um dia fiquei sozinha com eles (irmãos) e cuidei direito, então minha mãe passou a deixá-los comigo para ir trabalhar. Quando estou na escola eles se viram sozinhos. (A.M.O, 10 anos).*

*Antes tirava o pó da casa e arrumava a cama, agora já sei fazer de tudo. É bom aprender logo, a gente tem que saber desde cedo. (J.L.O., 13 anos).*

Assim, percebeu-se que não só a carga de trabalho foi aumentada, mas também a responsabilidade, principalmente quando relatam que têm a obrigação do cuidado com os irmãos menores.

Outro ponto comum no relato das meninas foi o fato de falarem que as mães gostavam que elas ajudassem em casa para terem responsabilidade, afirmando que elas também haviam trabalhado nas casas de suas mães desde pequenas; sendo assim, quando precisaram trabalhar na casa de outras pessoas já sabiam como realizar o serviço.

*Minha mãe gosta quando eu ajudo, aí ela me dá as coisas quando recebe, às vezes dá dinheiro pra levar pra escola. Ela disse que quando eu crescer vou poder trabalhar na casa de alguém, como ela. (E. L. M, 10 anos).*

*Quando eu crescer já posso cuidar das casas das pessoas, minha mãe me ensina tudo e gosta de me ver ajudando ela. (P.V., 9 anos).*

Esse senso de responsabilidade como justificativa do trabalho doméstico foi destacado por Nancy Folbre (1995), ao discutir sobre o “trabalho do cuidado” e de “amor”, no qual se insere o trabalho doméstico, ressaltando que existem três motivos para a sua realização: *altruísmo*, quando alguém sente prazer e fica feliz com o bem-estar e felicidade de outras pessoas; *reciprocidade* de longo prazo, que é uma forma de troca, baseada em normas de cooperação, afeição e senso de responsabilidade; e *obrigação ou responsabilidade*, que é uma categoria filosófica que distingue o certo do errado, em função dos valores, fundamentados em reivindicações de universalidade que transcendem qualquer cultura ou indivíduo particular.

Esses três motivos, na percepção de Folbre (1995), encontram-se inter-relacionados, uma vez que a reciprocidade se baseia, em algum grau, em categorias morais de obrigação, enquanto as preferências altruísticas são

moldadas por um processo de socialização, pautado tanto em obrigações como em normas ou modelos de comportamento característico de certa cultura.

Assim, a criança ao realizar o serviço doméstico para deixar a mãe feliz está retribuindo toda a sustentação física e emocional recebida dos pais, fazendo com que os três momentos do ciclo da dádiva – dar, receber e retribuir- se confundam, criando, alimentando ou recriando os vínculos sociais entre as pessoas.

*Minha mãe fica feliz quando eu ajudo e eu gosto de ajudar. Ela trabalha muito e quando chega está tudo arrumadinho e ela pode descansar. (N.T.P., 9 anos).*

*Eu gosto de ajudar e minha mãe ficou mais legal comigo, ela compra o que eu quero e eu faço o que ela quer. (A.M.O., 10 anos).*

A naturalidade com que as meninas expressam sobre o trabalho doméstico realizado está de acordo com Vivarta (2003), ao relatar que a atividade da criança é vista como parte do processo de socialização das meninas, constituindo um meio de transmissão de conhecimentos e experiências de geração para geração, adquirindo, assim, caráter cultural. Além disso, conforme a pesquisa supracitada, o trabalho dos pais influencia a história dos filhos, uma vez que há dados mostrando que em mais de 80% dos casos das crianças trabalhadoras os pais começaram a trabalhar com 14 anos ou menos.

As crianças também disseram que gostariam de ter um serviço na casa de alguém para poder ganhar dinheiro e comprar o que quiserem. Nesse mesmo sentido, Festa e Canela (2003) apontam que um dos fatores de o trabalho doméstico infantil ser aceito, além do aspecto cultural, é que as crianças sentem a necessidade de ajudar em casa e sentem-se seduzidas a trabalhar e ganhar seu próprio dinheiro, a fim de adquirirem independência e acesso a bens de consumo.

*Eu queria ter meu próprio dinheiro, mas minha mãe não deixou eu cuidar do filho da vizinha. Ela disse que eu tinha que ajudar em casa e que quando crescer mais ela deixa (J.L.O., 13 anos).*

*Se eu trabalhasse na casa de alguém, ia ajudar minha mãe, ela ganha muito pouco e precisa de ajuda (D.L.P., 11 anos).*

*Eu quero ter meu dinheiro e poder comprar tudo o que tenho vontade, mas não posso trabalhar fora, tenho que cuidar dos meus irmãos (N.T.P., 9 anos).*

No entanto, as representações sociais das meninas mostraram também que o trabalho de casa era cansativo, pois eram muitas atividades a ser realizadas, além do trabalho doméstico, por exemplo, aquelas relacionadas às próprias atividades escolares, participação nas aulas de reforço escolar, nas sopas comunitárias oferecidas, nas comunidades em que moravam e, além disso, nas aulas de balé e de dança, nas escolas. Em contrapartida, as meninas disseram que, mesmo ficando cansadas, achavam que tinham que ajudar em casa, uma vez que a mãe precisava trabalhar fora de casa, pois era essa a única alternativa de renda familiar.

*Eu fico cansada, mas tenho que ajudar, é minha obrigação. (P.V., 9 anos).*

*Eu acho cansativo, mas tenho que fazer assim mesmo e eles não me ajudam em nada, é tudo eu. (N.T.P., 9 anos).*

*Acho muita coisa pra eu fazer sozinha, mas se eu não fizer quem vai fazer? (...)Minha mãe também ajudava a mãe dela e eu me sinto útil. (A.M. O., 10 anos).*

Outro dado relevante, representado pela criança, foi que em 50% dos casos essas meninas eram as filhas mais velhas e afirmaram que costumavam brigar/discutir com os irmãos, por eles não fazerem nada e elas “terem que fazer tudo sozinhas”.

*Quando venho para a escola, eles (3 irmãos) ficam sozinhos, aí quando chego dou almoço para eles, almoço, mando eles para a escola, arrumo a casa, lavo a roupa, arranjo tudo (...), eles não fazem nada. Ano passado quase fui reprovada por causa de faltas, por ter que cuidar das crianças. (A.M.O, 10 anos).*

*Se eu não fizer, fica sem fazer, aí minha mãe chega e briga porque eles não querem saber de nada (...) aí eu faço. (J.L. O., 13 anos).*

Em relação às brincadeiras, as entrevistadas afirmaram que o que mais gostavam de fazer era brincar de boneca, brincar na rua, dançar e assistir à televisão, afirmando, ainda, que sempre arrumavam um tempinho para brincar, fosse com os irmãos ou na hora em que eles estavam na escola.

Relataram que estavam satisfeitas com suas vidas e que gostavam dos domingos, pois é quando as mães estavam em casa e elas podiam conversar, brincar e assistir à televisão.

*Eu gosto de brincar de casinha e de boneca, mas também gosto de jogar bola e ver televisão, eu brinco com meus irmãos. (E.L.M., 10 anos).*

*Minha brincadeira favorita é boneca, mas gosto de brincar com minha prima. Quando eu vou na casa dela a gente brinca muito (...), também gosto de ver televisão. (N.T.P., 9 anos).*

*Domingo, pra mim, é o melhor dia porque está todo mundo na minha casa, aí a gente canta, brinca, se diverte, minha mãe faz comida pra gente. (A.M. O., 10 anos).*

Os dados evidenciaram, ainda, que nessa subamostra a extensa jornada de atividades domésticas parecia estar influenciando o processo de aprendizagem, pois todas as meninas haviam repetido alguma série escolar.

## **5.7. Opinião de uma subamostra de mães acerca do trabalho realizado por suas filhas**

Com o intuito de conhecer a opinião das mães das crianças/adolescentes sobre o trabalho realizado por suas filhas, foram ouvidos os depoimentos de duas mães, das seis meninas entrevistadas que apresentaram um nível mais intenso de alerta de estresse.

O depoimento das mães revelou que ambas haviam iniciado, assim como suas filhas, suas atividades no trabalho doméstico antes dos 8 anos de idade. Aos 15 anos já trabalhavam fora de casa para ajudar no sustento familiar. Depois que se casaram continuaram a “ajudar” os maridos, e após a separação de uma delas e a viuvez da outra não lhes restaram outra alternativa a não ser continuarem trabalhando.

Foi constatado também que, na visão das mães, a criança deveria aprender a trabalhar e tinha que ajudar em casa, cuidando dos irmãos, lavando as roupas, cozinhando e limpando o próprio lar, “para aprender e quando tiver que trabalhar fora já saberá como fazer”.

*Criança tem que ajudar (...) e não é muita coisa, se não ajuda fica na rua, aí o pior acontece. Ela me ajuda e eu trabalho para pôr as coisas dentro de casa. (C.L.O., 42 anos, 4 filhos).*

Esses dados estão de acordo com os encontrados por Rocha (2000), ao afirmar que o trabalho precoce tem sido estimulado, basicamente, pelas iniciativas/expectativas maternas, por necessidade econômica e familiar, bem como por ser visto como um mecanismo disciplinador, capaz de afastar a criança das más companhias e dos perigos das ruas.

Nesse mesmo contexto, Feitosa e Dimenstein (2004) discutem a percepção das mães das crianças trabalhadoras, constatando que o trabalho infantil apresenta-se como uma prática que vem sendo reforçada pela família. As mães possuem uma história de uma infância de trabalho, reproduzindo essa vivência para os filhos. As falas das mães expressam a história de uma visão moralizadora do trabalho infantil, bem como a oposição à rua e à ociosidade, vistas como um mal que deve ser evitado. Assim, o trabalho é uma prática que vem sendo transmitido de geração para geração, como forma de educação e de controle contra a marginalização. Essa mesma visão é reportada por Heilborn (2006), ao afirmar que o trabalho possui um valor moral e social para a família, tanto em termos de socialização dos filhos como na construção de uma identidade social.

Por outro lado, na percepção das mães, o trabalho serve para transmitir responsabilidade às crianças, além de ser fundamental para a manutenção do grupo familiar, uma vez que o pouco tempo de convívio no lar (na visão de ambas) não seria suficiente para realizar todas as atividades necessárias.

*Ela me ajuda muito e é bom para ela, para ter responsabilidade. (...) Não sei o que faria se ela não cuidasse da casa e das crianças. A situação seria pior, porque largar o emprego eu não posso. (M.P.G., 36 anos, 3 filhos).*

Assim, pôde-se perceber que há um confronto entre o aspecto cultural e o econômico nos dados expostos por essas mães, pois na sua percepção o trabalho realizado pelas filhas é visto como uma forma de manutenção do grupo familiar, uma vez que não há alternativa viável e, por outro lado, é encarado também como uma forma de transmissão de ensinamentos e responsabilidade à criança/adolescente.

Essa percepção vai de encontro ao exposto por Souza (2002), ao afirmar que o trabalho infanto-juvenil está associado a uma estratégia de sobrevivência econômica das famílias mais pobres, o que acaba por impor à criança/adolescente um custo social elevado, ao ter que renunciar a um maior grau de escolarização, pela execução de uma carga de tarefas mais intensa, que acaba por lhes causar desgaste físico e mental, diminuindo seu tempo de lazer, sua vida em família e o convívio social. Por outro lado, a autora ressalta também que, em função dos valores, da política social e do ordenamento jurídico vigente, a sociedade (inclusive a família) busca alternativas para justificar o trabalho infantil e, ou, desconsiderá-lo, reforçando, assim, a imagem distorcida acerca do mesmo, carregada de preconceitos e significações sociais.

## 6. RESUMO E CONCLUSÕES

No Brasil, a exclusão social tem sido derivada tanto da política de estabilização dos planos econômicos quanto da dependência das negociações com o setor internacional, que têm imposto transformações na estrutura de produção, na organização dos mercados e nas condições do processo de trabalho, subordinando a sociedade civil ao mercado, relegando seus direitos de cidadão e priorizando os índices econômicos. O efeito dessas políticas se deu, instantaneamente, sobre as formas de reprodução social das famílias, em termos da redução do poder aquisitivo de suas rendas, levando-as ao maior empobrecimento, que é um dos fatores determinantes do trabalho infanto-juvenil, além de determinados fatores culturais imbricados nas formas de organização da família.

A situação se tornou tão alarmante que a defesa da criança e do adolescente transcendeu à esfera da vida privada, ganhando terreno no plano chamado de “consciência coletiva”, projetando-se para a ação política, na forma de programas e projetos adotados por governantes e sociedade civil, abrangendo tanto a esfera internacional quanto a privada.

Entretanto, diferentemente do que rege a lei, o número de trabalhadores infantis ultrapassa a casa dos 5 milhões, fazendo com que essas crianças, cada vez mais, abram mão de seus estudos em prol do serviço, incluindo-se neste montante aquelas formas de exploração ocultas, como é o caso do narcotráfico, da prostituição e do trabalho doméstico infantil, que foi o tema

central desta pesquisa.

Fundamentando-se na teoria das representações sociais e baseando-se em fontes de informações primárias e secundárias, bem como na análise quantitativa e qualitativa dos dados, os resultados mostraram que as meninas entrevistadas, que tinham entre 7 e 15 anos, eram predominantemente da cor negra, naturais do município de Viçosa, católicas, cursavam entre a 1<sup>a</sup> e a 8<sup>a</sup> série do ensino fundamental e, na maioria dos casos, participavam de algum grupo social.

No que se referiu à caracterização do perfil familiar da criança/adolescente, constatou-se que o tamanho da família variou de três a dez membros, o tipo de família predominante foi o nuclear, seguido do monoparental, prevalecendo o ciclo de maturação. Os pais eram casados, na maioria dos casos, havendo uma prevalência de dois filhos por unidade doméstica, sobressaindo os do sexo feminino, na faixa etária de 7 a 12 anos de idade; a escolaridade da família era de quatro anos, incluindo-se os pais, na maioria dos dados analisados. Com relação à participação na força de trabalho, houve maior incidência de duas pessoas trabalhando fora para o sustento do lar, ocupando, principalmente, o trabalho doméstico e a prestação de serviços gerais (como servente, pedreiro, pintor, marceneiro e eletricitista), com uma carga laboral média de 8 horas, durante cinco dias na semana; havendo, ainda, maior proporção de trabalhadores informais, ou seja, sem carteira assinada. A precarização do trabalho, associada ao baixo nível de escolaridade (quatro anos de estudo) refletiu sobre a renda familiar média, entre um e dois salários mínimos, e sobre a renda *per capita*, inferior a meio salário mínimo.

O *habitat* familiar foi assim caracterizado: a maioria das famílias morava em casas próprias, com telhado de laje, paredes de bloco revestidas, piso de cerâmica, com banheiro dentro de casa, possuindo rede geral de esgoto, água armazenada em caixas d'água, instalações de filtros, sendo o lixo recolhido pela prefeitura, havendo iluminação elétrica e ventilação em todos os cômodos. Os bairros contavam ainda com a presença de serviços comunitários, como serviço de transporte e serviço telefônico.

O conteúdo das entrevistas com as crianças/adolescentes evidenciou as representações sociais sobre trabalho, que foram dispostas em três categorias: visto como algo bom/importante e como uma forma de ajuda; percebido pelo

seu valor utilitário, como uma forma de ganhar dinheiro; e como algo pesado, que exige esforço. Quanto ao trabalho doméstico, a maioria das entrevistadas considerava que era uma maneira de ajudar a família e de cuidar da casa das pessoas, apesar de também ser visto como algo cansativo e pesado, que as explorava. Quanto à representação sobre trabalho solidário e explorador constatou-se que essas categorias estavam associadas à “ajuda, por livre e espontânea vontade” e a “algo ruim, imposto e explorador”, respectivamente.

No que diz respeito à ocupação exercida, a resposta foi unânime, ao afirmarem que haviam ocorrido modificações desde que iniciaram suas atividades domésticas até os dias atuais, uma vez que o trabalho havia aumentado e elas passaram a desempenhar mais atividades do que as que faziam no início. A idade com que começaram a trabalhar foi entre os 6 e 9 anos, iniciando-se nas atividades “mais leves”, como varrer casa, passar pano e dobrar roupa, migrando, posteriormente, para atividades mais elaboradas, como lavar roupas, limpar toda a casa, cozinhar e cuidar de irmãos menores. A maior parte das meninas gostava das atividades realizadas, alegando, no entanto, que era essa a alternativa existente para que a mãe pudesse trabalhar fora de casa e contribuir ou manter o grupo familiar. A principal vantagem citada para a realização desse tipo de trabalho foi a melhoria de relacionamento no grupo familiar, enquanto as maiores desvantagens percebidas foram o cansaço, a quantidade de serviço e a obrigação em ter que realizá-lo.

Convém ressaltar que a representação social da criança acerca do trabalho por ela realizado se pautou na “naturalização” do trabalho doméstico visto como de ordem feminina, bem como na reprodução de atividades que as mães/mulheres do grupo familiar realizavam. Sua realização era preferencialmente de natureza solidária, sendo percebida uma relação de “obrigação na espontaneidade”, pois sentiam-se felizes em ajudar, e, ao mesmo tempo, “obrigadas” a colaborar com a mãe que trabalhava tanto tempo fora de casa, o que reforça a teoria da dádiva, proposta por Mauss em termos do ciclo - dar, receber e retribuir – e da relação “obrigação” com liberdade”.

No que se referiu às implicações do trabalho doméstico sobre o cotidiano infantil, pôde-se perceber que havia um alto índice de meninas em situação de defasagem escolar, mesmo que uma minoria tenha alegado que as

atividades desempenhadas atrapalhavam os estudos. No relato das professoras, a maior parte das meninas apresentava problemas sérios de aprendizagem, comportamento, dispersão e de entrosamento com os demais segmentos da instituição escola.

No tocante ao desempenho físico, constatou-se que parte das crianças/adolescentes considerava que o trabalho realizado oferecia riscos, principalmente devido ao medo que elas tinham de usar o fogão. Além disso, o trabalho foi considerado, em alguns casos, pesado e superior à sua capacidade de realização. Infere-se que, por isto, metade delas sofreu algum tipo de acidente, como tombos, queimaduras e cortes.

Com relação ao aspecto emocional, percebeu-se que a família, a casa, a escola e os amigos eram vistos como entidades positivas na vida das meninas. Mostraram-se satisfeitas com os pais e irmãos, apontando, principalmente, as características pessoais de cada um e a união. As atividades que mais gostavam de realizar eram brincar e assistir à televisão. Considera-se que as condições favoráveis dos aspectos emocionais, em termos de comunicação intrafamiliar, podem estar influenciando para que somente um terço das crianças estivessem em um nível de alerta de estresse.

A história de vida das meninas mostrou que o trabalho doméstico é essencialmente de dimensão sociocultural, uma vez que elas se identificam com as mães, que também vêm desempenhando essa atividade desde crianças. Além disso, a atividade é vista, pelas famílias, como um mecanismo socializador da criança, pautado ainda em preferências altruístas, reciprocidade e obrigação ou responsabilidade. Pressupondo-se que a criança receba carinho, atenção, roupas, brinquedos e alimentos, e que a mãe necessita trabalhar fora de casa, a criança se sente obrigada a “retribuir” com seu trabalho as “recompensas recebidas”. Por outro lado, a questão cultural e a forma de rearranjo das famílias, bem como os condicionamentos simbólicos e materiais relacionados à organização familiar e às relações de gênero, ajudam a explicar as possíveis razões que levam à inserção das meninas no trabalho doméstico, desde pequenas.

Assim, de modo geral, pode-se concluir que na percepção das entrevistadas o trabalho realizado era de natureza solidária, uma vez que não era “imposto” a elas. As respondentes sentiam-se responsáveis pela ajuda

proporcionada à mãe/família, que era vista como uma decorrência natural da integração e do sustento do grupo familiar. A história de uma infância de trabalho da mãe é reproduzida para a filha, dentro de uma visão moralizada do trabalho infantil.

Esse cenário cultural e essa visão de mundo são transmitidos de geração para geração, reforçando a prática do trabalho doméstico infantil, sem questionamentos sobre suas implicações em torno da defasagem escolar e nível de alerta de estresse.

Nesse sentido, considera-se que essa visão de mundo, pautada nas dimensões materiais e simbólicas do cotidiano familiar, deve ser trabalhada de tal forma, que os meios de intervenção de política pública sobre a realidade contemplem o universo de valores dos indivíduos/famílias, as experiências práticas sociais que sustentam esses grupos.

Assim, as políticas públicas de erradicação ao trabalho infantil, sem deixar de lado o trabalho doméstico, deveriam focar e se sensibilizar com as dimensões culturais e o contexto socioeconômico em que as famílias estão inseridas, a fim de conceber e implementar meios de intervenção que contemplem um horizonte de mudança em que os valores morais e as crenças desses grupos sejam revistos, de forma a promover maior igualdade e consonância entre o discurso legal e a realidade.

Como limitações detectadas nessa pesquisa, considera-se importante apontar a dificuldade de encontrar estudos já realizados sobre o tema, sendo, por isso, necessário recorrer aos mesmos autores que tratam da temática estudada. Ressalta-se ainda a importância de se ter maior tempo de convivência com as crianças e suas respectivas famílias, para um maior aprofundamento das condições e implicações do trabalho doméstico infantil.

Considera-se que os objetivos propostos no estudo foram alcançados. Sugere-se para estudos futuros a realização de mais pesquisas sobre o assunto, a fim de obter mais dados sobre a temática, abordando também as implicações do trabalho doméstico, realizado na casa de outras pessoas, sobre a vida cotidiana das crianças/adolescentes.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFERES, V.R. O corpo: regularidades discursivas, representações e patologias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 23, p. 211-219, 1987.

ANDI. **Sociedade fecha os olhos ao emprego doméstico**. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/tid/arquivos>>. Acesso em: 4 maio 2006a.

ANDI. **Meninas perdem a infância trabalhando como domésticas**. Disponível em <<http://www.andi.org.br>> Acesso em: 4 maio 2006b.

ANDI. **Sociedade fecha os olhos ao emprego doméstico**. Valor econômico/SP. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/tid/arquivos>>. Acesso em: maio de 2006c.

ANDI. **Domésticas antes da idade**. A Gazeta/MT. Disponível em: <<http://www.andi.org.br>>. Acesso em: 5 maio 2006d.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC. Trad. Dora Flaksman, 1978. 196 p.

ATKINSON, R. The Life Story Interview. In: Jaber F. Gubrium e James A. Holstein (Org.). **Handbook of interview research**: context e method. Londres: Sage Publications, 2002. p. 121-140.

BARDIN, L. História e teoria. In: **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997. p. 11-46.

BETTENCOURT, B.; JACOBS, C. S. **Questão cultural dificulta erradicação do trabalho infantil**. Disponível em: <<http://www.bbcbrasil.com>> Acesso em: 5 maio 2006

BORCHARDT, I. **Diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina**: mapa da fome. Florianópolis: SDC/ Instituto CEPA/SC, 2003. 235 p.

BRASIL. **Bolsa família**: agenda de compromissos da família. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006a. 34 p

BRASIL. **Trabalho Infantil no Brasil**: questões e políticas. Brasília: MTB, 1998b. 90 p.

BRASIL, Revisão do Cadastro Único Aprimora Bolsa Família. **Em questão**. Nº 299, Brasília, 12 de abril de 2005. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em: 5 maio 2006c

CASTANHO, N. **Informe final estudo “políticas sociais”**. Breves Apontamentos sobre o Trabalho Infantil na Cidade de Belém, Belo Horizonte Recife. 2002.

CHEQUER, J. **Ainda na agenda**. Disponível em: <<http://www.BBCBrasil.com>>. Acesso em: 5 maio 2006.

COLLUCCI, C. Trabalho infantil migra para o “quintal”. **Jornal Folha de São Paulo**. Folha cotidiano, Pág. C1, São Paulo, 10/07/2005.

CRUZ, T. A.; ALVARENGA, S. C.; CARMO, M. I. **O retrato social de Viçosa**. Viçosa-MG: Censur, 2006. 105 p.

DUARTE, M. A. B. **Infância perdida**. Disponível em <<http://www.andi.org.br>>. Acesso em: 6 maio 2006.

DURKHEIM, È. Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico; O Suicídio; **As formas elementares da vida religiosa**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 204-245.

ECA. Estatuto do Trabalho Infantil. **Os jovens e o trabalho**. Disponível em: <<http://www.andi.org.br>>. Acesso em: 5 maio 2006.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA). **Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais**. Julho, 2000. 136 p.

FEITOSA, I.C. do N.; DIMENSTEIN, M. Trabalho infantil e ideologia nas falas de mães de crianças trabalhadoras. **Estudos Pesquisa Psicológica**, v. 4, n. 2, 2004.

FERRO, A. R. **Avaliação do impacto de programas de bolsa escola no trabalho infantil no Brasil**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2003. 106 p.

FESTA, R.; CANELA, G. **Trabalho infantil e gênero**: uma leitura da mídia do Mercosul. Brasília: OIT/ANDI, 2003. 97 p.

FOLBRE, N. Holding hands at midnight. **Feminist Economics**, v. 1, n. 1, p. 73-92.

FRANÇA, A. C. L.; RODRIGUES, A. L. **Stress e trabalho**: guia básico com abordagem psicossomática. São Paulo: Atlas S.A., 1997. 133 p.

FREITAS, H.; JANISSEK, R. **Análise léxica e análise de conteúdo**: Técnicas complementares, seqüenciais e recorrentes para exploração de dados qualitativos. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2000.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Indicadores Selecionados**. Disponível em: <<http://www.datagerais.mg.gpv.br>>. Acesso em: 22 ago. 2006.

GAYOTTO, M. L. C. et al. **Creches, desafios e contradições da criação coletiva da criança pequena**. São Paulo: Ícone, 1992. 134 p.

GOUDBOUT, J. T. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. 272 p.

GOLDANI, A. Família, gênero e políticas brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 1, jan./jun. 2002.

GOMES DA COSTA, A. **Trabalho infantil – OIT**. São Paulo: LTR, 1994.

GOMES, C. M.; MEIRELLES, Z. V. Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para saúde coletiva **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 1997.

GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999. 324 p.

HEILBORN, M. L. **Estratégias para combater o trabalho infantil no serviço doméstico – Dimensões culturais do trabalho infantil feminino**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/standards/ipecc/publ/policy/papers/brasil/ortheilborn.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2006.

HEILBORN, M. L. O traçado da vida: “Gênero, infância e pobreza em dois bairros populares no Rio de Janeiro”. In: MADEIRA, F. R. (Org.) **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/UNICEF, 1997. p. 291-347.

HILBIG, S. **Trabalho infantil no Brasil**: Dilemas e desafios. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br>>. Acesso em: 5 maio 2006.

IBGE – FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Censo demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 5 maio 2006a.

IBGE – FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **IBGE Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2006b.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD). 2001**. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 5 maio 2006c.

ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL (IMRS). **Município de Viçosa**. Disponível em: <<http://www.datagerais.mg.gov.br>>. Acesso em: 25 out. 2006.

KRIPPENDORFF, K. **Metodología de análisis de contenido** – Teoria y práctica. Barcelona: Ediciones Paidó, 1990. 279 p.

LEFEBVRE, R. C.; SANNDORF, S. L. A multi-modal questionnaire for stress. **Journal of Human Stress**, p. 69-75, 1985.

LIPP, M. E. N. Stress: conceitos básicos. In: LIPP, M. E. N. (Org.) **Pesquisas sobre stress no Brasil**: saúde, ocupações e grupos de riscos. Campinas-SP: Papyrus, 1996. p. 17-31.

LOPES, M. de F. **Redefinição social do papel da mulher na economia doméstica**: da família camponesa à família assalariada. Viçosa: UFV, 1983. 159 p.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993. 198 p.

MANRICH, N. **Constituição Federal, Consolidação das Leis do Trabalho, Legislação Previdenciária (CLT)**. 2. ed., São Paulo, 2001. 1230 p.

MINAS GERAIS. **Municípios Mineiros**. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=estado&diretorio=munmg&arquivo=municipios&municipio=71303>>. Acesso em: 25 out. 2006.

MINAYO, M. C. de S. O Conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995, p. 89-111.

MONTALI, L. Arranjos familiares: o esforço coletivo para viver na grande São Paulo. **Cadernos de pesquisa**, n. 72, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990. p.58-69.

MUSSEN, P. H.; CONGER, J. J.; KAGAN, J.; HUSTON, A. C. **Desenvolvimento e personalidade da criança**. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1995. 641 p.

NEVES, D. P. **A perversão do trabalho infantil**: lógicas sociais e alternativas de prevenção. Niterói: Intertexto, 1999. 241 p.

NUNES, B.F. **Sociedade e infância no Brasil**. Brasília: UNB, 2003. 174 p.

OIT. Estatísticas de Crianças **Trabalhadoras e trabalho infantil de risco** - um resumo. Revisto em abril de 1998. Disponível em: <<http://www.andi.org.br>>. Acesso em: 5 maio 2006.

OIT. **Uma realidade oculta**: trabalho infantil doméstico. Disponível em: <<http://www.andi.org.br>>. Acesso em: 4 maio 2006.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002. 100 p.

PASCHOAL, E. **Responsabilidade social e ética**: educação x emprego – 1ª parte. Disponível em: <<http://www.wmulher.com.br>>. Acesso em: 5 maio 2006.

PEREIRA, V. G. **Representações sociais sobre meio ambiente entre os jovens do município de Formiga-MG**. Viçosa: UFV, 2002. 125 p.

PNAD – População Nacional de Amostra por Domicílio. **Trabalho e rendimento, indicadores**. Disponível em: <<http://www.ibege.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad/2006>>. Acesso em: 5 maio 2006.

PNUD. **Atlas de Desenvolvimento Humano – 2000**. Disponível em <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 15 out. 2006.

RICHELMANN, R. **Trabalho infantil**: doméstica antes da idade. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/tid>>. Acesso em: 5 maio 2006.

RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores no Brasil. In: **História da criança no Brasil**. Rio de Janeiro: Contexto, 1999. p. 376-405.

RIZZINI, I.; HOLANDA, F. R. B. **A criança e o adolescente no mundo do trabalho**. Rio de Janeiro-RJ: Ed. USU, 1996. 28 p.

RIZZINI, I.; FONSECA, C. **As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil** – Aspectos históricos, culturais e tendências atuais. Peru: OIT, 1992. 65 p.

ROCHA, L. M. M. **Análise de situações de estresse e de adaptação no trabalho infantil em Governador Valadares-MG**. Viçosa-MG, UFV, 2000. 114 p.

SABÓIA, A. L. **As meninas empregadas domésticas: uma caracterização socioeconômica**. Rio de Janeiro, IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2000. 25 p.

SANTOS, E. S. dos. **As domésticas** - um estudo interdisciplinar da realidade social, política, econômica e jurídica. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1983. 203 p.

SARAIVA, F. C. **Serviços gerais e trabalho doméstico**: a participação masculina. Viçosa-MG: UFV, 2000. 73 p.

SENN, M. S.; ANTUNES, E. H. **O trabalho doméstico e sua importância**. Disponível em: <[http://ids\\_saude.uol.com.br/psf/medicina//temal/texto2\\_definição.asp](http://ids_saude.uol.com.br/psf/medicina//temal/texto2_definição.asp)>. Acesso em: 5 maio 2006.

SILVA, L.H. da. Representações Sociais e educação: refletindo sobre as possibilidades de um diálogo. In: **Psicologia em Estudo**, v. 3, n.1. Maringá/PR: Universidade Estadual de Maringá, janeiro/junho, 1998. p.105-124.

SOARES, J. B. L. **O trabalho infantil e a nossa responsabilidade para sua erradicação**. Disponível em: <<http://www.andi.org.br>>. Acesso em: 5 maio 2006.

SOUZA, N. R. de. **Programa de erradicação do trabalho infantil e sua influência na vida das crianças e adolescentes do município de Boquim-SE**. Viçosa-MG: UFV, 2002. 95 p.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: **Textos em representações sociais**. 5. ed. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1999. p. 117-145.

SPINK, M.J. (Org.). **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

TEIXEIRA, E. T. N. **Adiamento da maternidade**: do sonho à maternagem. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 1999. 77 p.

UNICEF. **Prevenção e combate ao trabalho infantil e exploração sexual**. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br/brazil>>. Acesso em: 5 maio 2006.

VAZ, M. **A menina e a casa, a identidade coletiva da menina empregada doméstica**. Salvador, 1999.

VIVARTA, V. **Crianças invisíveis**: o enfoque da imprensa sobre o trabalho infantil doméstico e outras formas de exploração. São Paulo: Cortez, 2003. 193p.

WIKIPÉDIA. **Viçosa (Minas Gerais)**. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Vi%C3%A7osa\\_%28Minas\\_Gerais%29](http://pt.wikipedia.org/wiki/Vi%C3%A7osa_%28Minas_Gerais%29)>. Acesso em: 15 out. 2006.

## **APÊNDICE**



C	Nome dos familiares que recebem (2)	Onde exerce o trabalho (6)	Forma de pagamento (10)
Ó	Principal ocupação (mais tempo) (3)	1. Agricultura 4. Indústria	1. Hora 4. Quinzenal
D	Fixo ou eventual (4)	2. Comércio 5. Ad. Pública	2. Diário 5. Mensal
I	1. Fixo 2. Eventual	3. Serviço 6. Outros	3. Semanal 6. Outros
G	Posição na ocupação (5)	Possui carteira de trabalho? (8)	1. Sim 2. Não (11) e (12)
O	1. Empregado 3. Empregador	1. Sim 2. Não	Especificar ocupação que gostaria de ter (13)
S	2. Conta própria 4. Aposentado	Em Reais (9)	

### III – CARACTERIZAÇÃO DO HABITAT FAMILIAR

**3.1.** Local de residência: \_\_\_\_\_ (Bairro)

**3.2.** Tipo de domicílio:  Cômodo  Casa  Apartamento

**3.3.** Padrão da habitação: *situação das paredes* \_\_\_\_\_ ( 1.taipa, 2.blocos s/ revest., 3.bloco c/ revest.) *situação do telhado* \_\_\_\_\_ ( 1.zinco, 2.eternite, 3.telha, 4.lage, 5.lage/telha) *situação do piso* \_\_\_\_\_ ( 1.terra batida, 2.cimento, 3.cerâmica, 4.madeira).

**3.4.** Forma de aquisição:  Alugada  Própria  Financiada  Cedida

**3.5.** Saneamento Básico: Possui rede geral de esgoto? (S/N) \_\_\_\_\_ Caso negativo, como se dá a saída dos dejetos humanos? \_\_\_\_\_

Possui banheiro com vaso sanitário ? (S/N) \_\_\_\_\_ Dentro ou fora de casa? \_\_\_\_\_ Possui água encanada? (S/N) \_\_\_\_\_

Caso não tenha vaso sanitário, que tipo de fossa séptica possui? \_\_\_\_\_  
( 1. Com sumidouro 2. Sem sumidouro)

Caso não tenha a água encanada, qual a origem da água para o uso doméstico (beber e fazer comida) e geral (lavar roupa, tomar banho): \_\_\_\_\_

Como é feito o armazenamento da água utilizada? \_\_\_\_\_ ( 1. Caixa d'água, 2. Potes ou túnel s/tampa 3. Potes ou túnel c/tampa).

Esta água possui tratamento? (S/N) \_\_\_\_\_ de que tipo : \_\_\_\_\_

Possui filtro? (S/N) \_\_\_\_\_ Qual o destino que você dá ao lixo?  
( 1. Queimar, 2. Enterrar, 3. Deixar exposto à céu aberto, 4. Colocar em lata e recolhido pela prefeitura). Com que frequência é recolhido pela Prefeitura?

**3.6.** Iluminação: Possui rede elétrica? (S/N) \_\_\_\_\_ Caso negativo, qual a alternativa utilizada? \_\_\_\_\_

**3.7.** Ventilação: Todos os cômodos possuem janela? (S/N) \_\_\_\_\_ Qual o cômodo que não possui?

**3.8.** Participa de algum grupo social: \_\_\_\_\_ (S/N) Frequência: \_\_\_\_\_  
(nº de vezes por semana) Quais? \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

**3.9.** Marque os serviços comunitários disponíveis na sua comunidade  
( ) Assistência médica ( ) Odontológica ( ) Hospitalar  
( ) Posto de saúde ( ) Fornec. Medicamentos ( ) Serv. Telefon.  
( ) Posto policial ( ) Serviço de Transporte ( ) Sindicatos  
( ) Creches/escolas ( ) Conselhos e entidades não governamentais  
( ) Associações ( ) Outro: \_\_\_\_\_

### IV- PERCEPÇÃO SOBRE O TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO

**4.1.** Na sua concepção, o que significa trabalho? E trabalho doméstico?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**4.2.** Existem pessoas que consideram que o trabalho infantil pode ser solidário e explorador. O que vem em sua cabeça, quando você ouve a expressão:  
Solidário: \_\_\_\_\_  
Explorador: \_\_\_\_\_

**4.3.** Na sua opinião, que modificações ocorreram na sua vida quando começou a trabalhar? (especifique) \_\_\_\_\_  
Esse tipo de ocupação mudou com o tempo? (S/N) \_\_\_\_\_ Ou seja, quando você foi crescendo passou a trabalhar mais) (S/N) \_\_\_\_\_ Ou mudou a sua ocupação? (S/N) \_\_\_\_\_ Como? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### V- ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA CRIANÇA/ADOLESCENTE

**5.1.** Com que idade começou a trabalhar? \_\_\_\_\_ Onde? \_\_\_\_\_  
Realizando qual atividade? \_\_\_\_\_

**5.2.** Que tipo de atividade doméstica você realiza? (esp.) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**5.3.** Quem te ensinou? (espec.) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**5.4.** Você gosta da atividade que realiza dentro de casa?  
\_\_\_\_\_

(S/N) Caso não goste, o que gostaria de fazer nesse período que está trabalhando? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**5.5.** Indique, na sua opinião, quais são as vantagens e desvantagens por realizar tais atividades Vantagens: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Desvantagens: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**5.6.** Você recebe ajuda de outra pessoa na realização do trabalho doméstico? (S/N) \_\_\_\_\_ Quem a ajuda? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**5.7.** Quais são os motivos que a levam a realizar essas atividades? (Espontaneamente ou por obrigação) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**5.8.** O trabalho que você realiza a deixa cansada ou desanimada para estudar? (S/N) e brincar (S/N) \_\_\_\_\_. Por quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**5.9.** Recebe alguma recompensa pelo trabalho realizado? (S/N) \_\_\_\_\_ De que tipo? \_\_\_\_\_  
(Especificar) \_\_\_\_\_

**5.10.** Quanto você acha que deveria ganhar pelo trabalho que realiza? \_\_\_\_\_  
(R\$) O que faria com esse dinheiro? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### VI- IMPLICAÇÕES DO TRABALHO INFANTIL

#### 6.1. Desempenho Escolar

**6.1.1.** Já repetiu algum ano? (S/N) \_\_\_\_\_ Como foi sua recuperação? \_\_\_\_\_

**6.1.2.** Qual a sua maior afinidade, com respeito às disciplinas e atividades recreativas e culturais? \_\_\_\_\_

**6.1.3.** Em que matéria tem apresentado mais dificuldades? \_\_\_\_\_

**6.1.4.** Quem a tem auxiliado no momento de dúvidas? \_\_\_\_\_

**6.1.5.** Você acredita que o trabalho que você realiza atrapalha seus estudos? (S/N) \_\_\_\_\_

Como? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## 6.2. Desempenho Físico

- 6.2.1. Você considera o trabalho que você realiza perigoso?(S/N) \_\_\_\_\_ Como? \_\_\_\_\_
- 6.2.2. Você acha que o seu trabalho é pesado para sua idade?(S/N) \_\_\_\_\_  
Como? \_\_\_\_\_
- 6.2.3. Você já sofreu algum acidente quando fazia a tarefa doméstica? (S/N) \_\_\_\_\_  
De qual tipo? (especificar) \_\_\_\_\_
- 6.2.4. Você já ficou doente ou já teve alguma dor devido ao trabalho que você faz em casa?(S/N) \_\_\_\_\_ Qual doença? \_\_\_\_\_  
Que tipo de dor? \_\_\_\_\_
- 6.2.5. Você já apanhou ou ficou de castigo por causa do trabalho doméstico? (S/N) \_\_\_\_\_  
Por quê? \_\_\_\_\_

## 6.3. Desempenho Psicoafetivo

- 6.3.1. Qual o valor que tem para você?
- A Família? \_\_\_\_\_
- A Casa? \_\_\_\_\_
- A Escola? \_\_\_\_\_
- Os Amigos? \_\_\_\_\_
- 6.3.1.2 Você gostaria que seu pai fosse diferente: ( ) sim ( ) não  
Porque: \_\_\_\_\_  
Você gostaria que sua mãe fosse diferente: ( ) sim ( ) não  
Porque: \_\_\_\_\_  
O que você mais gosta em sua mãe: \_\_\_\_\_  
O que você mais gosta em seu pai: \_\_\_\_\_  
O que você mais gosta em sua família, como um todo: \_\_\_\_\_
- 6.3.2. Você conversa com alguém de sua família sobre o **trabalho** que você realiza dentro de casa? (S/N) \_\_\_\_\_ Com quem? \_\_\_\_\_  
O que conversam? \_\_\_\_\_ Com que frequência? \_\_\_\_\_  
**Seus estudos:** (S/N) \_\_\_\_\_ Com quem? \_\_\_\_\_  
O que conversam? \_\_\_\_\_ Com que frequência? \_\_\_\_\_  
Lazer/Brincadeiras/Diversão? (S/N) \_\_\_\_\_ Com quem? \_\_\_\_\_  
O que conversam? \_\_\_\_\_ Com que frequência? \_\_\_\_\_
- 6.3.3. Quando está passando por algum problema ou dificuldade, com quem prefere conversar? (Familiares, amigos, outros parentes) Especificar \_\_\_\_\_  
Prefere isolar-se? \_\_\_\_\_
- 6.3.4. Em geral, como você passa seu tempo de lazer, em termos:
- Individual? \_\_\_\_\_
- Na escola? \_\_\_\_\_
- Junto com a família? \_\_\_\_\_
- De forma coletiva (amigos/vizinhos)? \_\_\_\_\_
- 6.3.5. Você sente que os membros da família se respeitam? \_\_\_\_\_
- 6.3.6. Acredita que os membros familiares têm orgulho de pertencer a essa família, incluindo você? \_\_\_\_\_
- 6.3.7. Existem muitos pontos de discórdia dentro da família? \_\_\_\_\_  
Especificar: \_\_\_\_\_
- 6.3.8. A família vê os seus problemas de forma positiva, ou seja, você acha que sua família tem coragem e disposição para enfrentar os problemas que surgem no dia a dia? \_\_\_\_\_
- 6.3.9. Têm ocorrido brigas e conflitos na família por causa do seu trabalho? \_\_\_\_\_

6.3.10. Se você não realizasse o trabalho doméstico, como acha que a família iria resolver esse problema? \_\_\_\_\_

6.3.11. Já teve algum conflito com seus familiares sobre essa questão? (especif.) \_\_\_\_\_

## 6.3.2. Elementos identificadores do estresse infantil

(4) Sempre (3) Frequentemente (2) Algumas vezes (1) Nunca

Você costuma discutir/brigar com pessoas da sua família? \_\_\_\_\_

Você costuma brigar/entrar em conflito no seu trabalho? \_\_\_\_\_

Você se sente mais agressivo/nervoso com as coisas e pessoas? \_\_\_\_\_

Você se sente cansado (fisicamente)? \_\_\_\_\_

Você se sente desanimado com a vida? \_\_\_\_\_

Você se sente desanimado para fazer seu trabalho e, ou, ir à escola? \_\_\_\_\_

Você se sente triste? \_\_\_\_\_

Sente dores nas costas? \_\_\_\_\_

Sente dores de cabeça? \_\_\_\_\_

Sente dores de barriga (nervoso)? \_\_\_\_\_

Fica desanimado para conversar com as pessoas? \_\_\_\_\_

Fica desanimado para fazer as coisas de que gostava tanto? \_\_\_\_\_

É difícil ficar atento na escola e, ou, no trabalho? \_\_\_\_\_

Passa muito tempo sozinho? \_\_\_\_\_

Tem dificuldade para dormir? \_\_\_\_\_

Fica sem vontade de se alimentar ou está comendo muito? \_\_\_\_\_

Tem problemas de diarreia ou indigestão? \_\_\_\_\_

Sente fraqueza em alguma parte do corpo? \_\_\_\_\_

Tem algum tique nervoso (balançar pernas, estalar dedos, balançar o corpo, etc)? \_\_\_\_\_

Sente-se com vontade de chorar, sair correndo ou esconder-se? \_\_\_\_\_

Pensa, princip almente, em coisas negativas? \_\_\_\_\_

## 6.3.3. Nível de Satisfação com os componentes da vida

(1) muito insatisfeito (2) insatisfeito (3) Satisfeito (4) muito satisfeito

Trabalho \_\_\_\_\_ Recreação/Lazer \_\_\_\_\_

Família \_\_\_\_\_

Escola \_\_\_\_\_ Amigos \_\_\_\_\_

Alimentação \_\_\_\_\_

Serviços Comunitários \_\_\_\_\_ Moradia \_\_\_\_\_

Religião \_\_\_\_\_

Segurança física \_\_\_\_\_ Saúde \_\_\_\_\_ Ambiente onde vive \_\_\_\_\_

Condições financeiras \_\_\_\_\_ Ajudas recebidas \_\_\_\_\_

## 6.4. Cotidiano da Criança

Fale sobre sua vida em geral, sobre seu trabalho, sua família, amigos e escola, do que mais gosta de fazer e como tem sido seu dia-a-dia (desde que se levanta até a hora que vai dormir).

## APÊNDICE 2

### ROTEIRO DE ENTREVISTA – PROFESSOR

Escola:

Professor:

Criança:

Série/Idade:

- 1) Qual a sua opinião sobre o aspecto cognitivo (aprendizado) e as motivações da criança na escola?
  
- 2) Como você avalia o ajustamento da criança à escola (com colegas, coordenação, diretor)?
  
- 3) Qual foi o tempo médio de adaptação da criança ao ingressar na escola?
  
- 4) O relacionamento familiar tem influenciado esse processo de adaptação da criança?
  
- 5) Qual o nível de participação e o envolvimento dos pais no que se refere ao processo de aprendizagem da criança e sua “performance”?

## **APENDICE 3**

### **HISTÓRIA DE VIDA**

Fale sobre sua vida, de modo geral (o que você se lembra desde quando você nasceu até os dias atuais). Como era sua família, quem cuidava de você? Que modificações importantes ocorreram antes e depois que começou a trabalhar em casa? Nesse período, quais foram as lembranças boas e as que a deixam triste?

## **ANEXO**

## ANEXO 1

### NÍVEL DE ESTRESSE DA CRIANÇA/ADOLESCENTE TRABALHADORA

*A multi-modal questionnaire for stress*

(LEFEBVRE & SANDFORD, *apud* ROCHA, 2000)

- (4) Sempre    (3) Freqüentemente    (2) Algumas vezes    (1) Nunca
- 1- Você costuma discutir/brigar com pessoas da sua família? \_\_\_\_\_
  - 2- Você costuma brigar/entrar em conflito no seu trabalho? \_\_\_\_\_
  - 3- Você se sente mais agressivo/nervoso com as coisas e pessoas? \_\_\_\_\_
  - 4- Você se sente cansado (fisicamente)? \_\_\_\_\_
  - 5- Você se sente desanimado com a vida? \_\_\_\_\_
  - 6- Você se sente desanimado para fazer seu trabalho e, ou, ir à escola? \_\_\_\_\_
  - 7- Você se sente triste? \_\_\_\_\_
  - 8- Sente dores nas costas? \_\_\_\_\_
  - 9- Sente dores de cabeça? \_\_\_\_\_
  - 10- Sente dores de barriga (nervoso)? \_\_\_\_\_
  - 11- Fica desanimado para conversar com as pessoas? \_\_\_\_\_
  - 12- Fica desanimado para fazer as coisas de que gostava tanto? \_\_\_\_\_
  - 13- É difícil ficar atento na escola e, ou, no trabalho? \_\_\_\_\_
  - 14- Passa muito tempo sozinho? \_\_\_\_\_
  - 15- Tem dificuldade para dormir? \_\_\_\_\_
  - 16- Fica sem vontade de se alimentar ou está comendo muito? \_\_\_\_\_
  - 17- Tem problemas de diarreia ou indigestão? \_\_\_\_\_
  - 18- Sente fraqueza em alguma parte do corpo? \_\_\_\_\_
  - 19- Tem algum tique nervoso (balançar pernas, estalar dedos, balançar o corpo, etc)? \_\_\_\_\_
  - 20- Sente-se com vontade de chorar, sair correndo ou esconder-se? \_\_\_\_\_
  - 21- Pensa, principalmente, em coisas negativas? \_\_\_\_\_